



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 094

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 24 DE AGOSTO DE 1984

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 127ª SESSÃO, EM 23 DE AGOSTO DE 1984

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 145/84 (nº 302/84, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

— Nº 146/84 (nº 303/84, na origem), submetendo à deliberação do Senado o Projeto de Lei do Senado nº 153/84 — DF, que estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1985.

##### 1.2.2 — Aviso do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

— Nº 404/84, encaminhando os esclarecimentos do Governo do Distrito Federal sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228/83, que dispõe sobre a substituição por "Ana Lúcia", do nome de "Rogério Pithon Faria", no logradouro público de Brasília, anteriormente conhecido como Parque da Cidade.

##### 1.2.3 — Pareceres encaminhados à Mesa

##### 1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Normas a serem observadas na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 153/84 — DF, lido no Expediente.

— Recebimento dos Ofícios nºs S-14 e S-15/84, pelos quais os Governadores dos Estados de Minas Gerais e Amazonas solicitam autorização do Senado Federal para realizarem operações de empréstimo externo, nos valores que mencionam para os fins que especificam.

— Recebimento de comunicação do Sr. Senador Murilo Badaró de afastamento do exercício do mandato, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

— Designação do Sr. Senador Albano Franco para comparecer ao 20º Congresso da Associação de Indústrias Latino-americanas, a realizar-se em Buenos Aires, Argentina.

##### 1.2.5 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 154/84, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que define a residência médica e disciplina o exercício profissional da atividade, dando outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 155/84, de autoria do Sr. Senador Roberto Saturnino, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), incluindo entre os bens absolutamente impenhoráveis os que especifica.

— Projeto de Lei do Senado nº 156/84, de autoria do Sr. Senador Pedro Simon, que acrescenta item ao parágrafo 1º do art. 27 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, a fim de incluir pelo menos dois mutuários no Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação (BNH).

— Projeto de Lei do Senado nº 157/84, de autoria do Sr. Senador Gastão Müller, que proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados.

— Projeto de Resolução nº 46/84, de autoria do Sr. Senador Hélio Gueiros, que modifica, em parte, os artigos 179 e 180 do Regimento Interno do Senado Federal.

##### 1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 46/84, lido anteriormente.

##### 1.2.7 — Discursos do Expediente

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Projeto de lei a ser apresentado por S. Exª, propondo a mudança do MIC para Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, a propósito da realização, em Brasília,

de Encontro Nacional de Agentes de Viagens, para tratar do problema do turismo em nosso País.

**SENADOR ADERBAL JUREMA** — Transcurso do 8º aniversário da morte de Juscelino Kubitschek.

**SENADOR GASTÃO MÜLLER** — Solenidade de lançamento do livro intitulado "Parlamento em versos", de autoria do Senador Almir Pinto. Presença no Plenário do ex-Deputado Geraldo Freire.

##### 1.2.8 — Comunicação da Presidência

— Presença na Casa, do Sr. Morvan Aloysio Acayaba de Rezende, suplente convocado da representação do Estado de Minas Gerais, em virtude do afastamento do titular, Senador Murilo Badaró.

##### 1.2.9 — Prestação do compromisso regimental e posse do Sr. Morvan Aloysio Acayaba de Rezende

##### 1.2.10 — Comunicação

— Do Sr. Morvan Acayaba, referente a sua filiação partidária e nome parlamentar.

##### 1.2.11 — Discursos do Expediente (continuação)

**SENADOR JORGE KALUME** — Defesa do candidato presidencial do PDS face a ofensas assacadas contra S. Exª.

**SENADOR OCTÁVIO CARDOSO** — Posse do Senador Murilo Badaró no cargo de Ministro da Indústria e do Comércio. Saudação ao Senador Morvan Acayaba, Suplente do Senador Murilo Badaró. Lançamento do livro "Parlamento em versos", do Senador Almir Pinto.

##### 1.2.12 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 3.000,00
Ano .....	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

## 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 5/81 (nº 3.035/80, na Casa de origem) alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada para efeito de aposentadoria, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 10/81 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 44/81 (nº 587/79, na Casa de origem) que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados produzidos, criados, filmados, gravados copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 53/77 (nº 227/75, na Casa de origem) que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 65/79 (nº 4.257/77, na Casa de origem) que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 784/83, de autoria do Sr. Senador Henrique Santillo, solicitando a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 senadores e 11 deputados, para, no prazo de 120 dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País. **Votação adiada por falta de quorum.**

Requerimento nº 168/84, solicitando urgência para a Mensagem nº 248/82, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires (SP) possa contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 52.217.541,95 (cinquenta e dois milhões, duzentos e dezessete mil, quinhentos e quarenta e um cru-

zeiros e noventa e cinco centavos). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 169/84, solicitando urgência para a Mensagem nº 249/82, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste (SP) possa contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 30.516.357,59 (trinta milhões, quinhentos e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete cruzeiros e cinquenta e nove centavos). **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/79 (nº 1.511/75, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973. **Votação adiada por falta de quorum.**

## 1.4 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Correspon-  
dência recebida de trabalhadores brasileiros reclaman-  
do contra a atuação dos Ministérios do Trabalho  
e da Previdência Social, considerada nociva aos seus  
interesses.

**SENADOR MOACYR DALLA** — 63º aniversário  
da emancipação político-administrativa de Colatina  
— ES.

**SENADOR ALBANO FRANCO** — Inauguração  
da fábrica de alumínio do Consórcio Alumar, em São  
Luiz — MA.

**SENADOR ÁLVARO DIAS** — Necessidade da apro-  
vação urgente, por parte do Congresso Nacional,  
de projeto de lei oriundo do Poder Executivo, refe-  
rente à política brasileira de informática.

**SENADOR GASTÃO MÜLLER** — Comunicação  
recebida da Câmara Municipal de São José dos Cam-  
pos — SP, sobre a outorga do título de "Persona non  
grata" a todos os Deputados Federais que não apro-  
varam a Emenda Dante de Oliveira.

**SENADOR LOMANTO JÚNIOR** — Lançamento  
do livro "Ensaio Geral", do poeta mineiro Olavo

Drumond, em homenagem ao ex-Presidente Jusceli-  
no Kubitschek.

1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA  
DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.2 — ATA DA 128ª SESSÃO, EM 23 DE AGOS-  
TO DE 1984

## 2.1 — ABERTURA

## 2.2 — EXPEDIENTE

## 2.2.1 — Requerimento

— Nº 177/84, de urgência, para a Mensagem nº  
139/84, pela qual o Senhor Presidente da República  
solicita autorização do Senado Federal para que a  
Prefeitura Municipal de Guarapari (ES), possa reali-  
zar operação de crédito no valor que menciona para  
o fim que especifica.

## 2.2.2 — Comunicações

— Do Sr. Senador Albano Franco, que se ausenta-  
rá do País.

— Do Sr. Senador José Sarney, referente a sua fi-  
liação partidária.

## 2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 151/84 (nº  
2.115/83, na Casa de origem) de iniciativa do Senhor  
Presidente da República, que dispõe sobre a criação  
de cargos na Secretaria do Tribunal Superior do Tra-  
balho, e dá outras providências. **Aprovado em segun-  
do turno. À sanção.**

2.4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A OR-  
DEM DO DIA

— Mensagem nº 139/84, em regime de urgência,  
nos termos do Requerimento nº 177/84, lido no Ex-  
pediente. **Aprovada**, nos termos do projeto de Reso-  
lução nº 47/84, após pareceres das comissões compe-  
tentes. À Comissão de Redação.

— Redação final do Projeto de Resolução nº  
47/84, em regime de urgência. **Aprovada.** À promul-  
gação.

2.5 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA  
*SENADOR MOACYR DALLA* — Indicação do Senador Murilo Badaró para o cargo de Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

2.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Mauro Borges, proferido na sessão de 21.8.84.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## Ata da 127ª Sessão, em 23 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Moacyr Dalla e Almir Pinto*

*ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Benedito Ferreira — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Álvaro Dias — Enéas Faria — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a preteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

#### MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Restituindo autógrafos do Projeto de Lei sancionado:**

Nº 145/84 (nº 302/84, na origem), de 21 de agosto do corrente ano, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1983 — Complementar — (nº 241/81, na Casa de origem), que fixa normas sobre repetição de topônimos de cidades e vilas, incorporadas ao texto da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967.

(Projeto que se transformou na Lei Complementar nº 46, de 21 de agosto de 1984.)

#### MENSAGEM Nº 146, DE 1984 (Nº 303/84, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do art. 57, inciso IV, combinado com o art. 17, parágrafo 1º, da Constituição, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompa-

nhado de Exposição de Motivos do Senhor Governador do Distrito Federal, o anexo projeto de lei que "estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o Exercício Financeiro de 1985".

Brasília, 21 de agosto de 1984. — **João Figueiredo.**

E.M.E nº 018/84-GAG Brasília, 17 de agosto de 1984

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a elevada honra de submeter a superior consideração de Vossa Excelência a Proposta Orçamentária do Governo do Distrito Federal, para o exercício de 1985.

A Programação foi elaborada objetivando aquelas ações governamentais consideradas básicas para a elevação do nível de vida da comunidade do Distrito Federal.

De acordo com as prioridades estabelecidas pelo meu governo, as Funções de Educação e Cultura e Saúde e Saneamento foram contempladas com 46,20% da Proposta Orçamentária do Distrito Federal.

O assentamento das populações faveladas e as questões sociais, mereceram atenção especial, tendo a Função Assistência e Previdência recebido um aporte de recursos correspondente a 9,10% do Orçamento.

Em razão das diretrizes traçadas por Vossa Excelência, transmitidas através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, recomendandô a necessidade de rigorosa contenção e racionalização de despesas, foram estabelecidos limites para a programação orçamentária de cada órgão, notadamente no que concerne aos gastos de "Outros Custeios e Capital".

Está, ainda, o meu governo empenhado na modernização de todo o conjunto administrativo do Distrito Federal, através da implantação de sistemas informatizados que visam proporcionar não só a administração, mas a toda a população do Distrito Federal informações precisas e rápidas com economia para o cidadão e racionalidade para os serviços administrativos.

Todo esse esforço que venho empreendendo à frente do Governo do Distrito Federal, Senhor Presidente, tem por objetivo fundamental a relação "qualidade de vida" — "ganhos de produtividade" — "distribuição de renda".

Ao encaminhar a presente Proposta Orçamentária, são estas as considerações que julgo oportuno trazer à superior consideração de Vossa Excelência, as quais são complementadas com os quadros que integram e acompanham a Proposta Orçamentária do Distrito Federal para 1985.

Ao ensejo aprez-me renovar a Vossa Excelência os protestos da mais alta consideração e do mais profundo respeito. — **José Oriellas de Souza Filho**, Governador.

#### (\*) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 153, DE 1984-DF

**Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1985.**

#### AVISO

**Do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República**

Nº 404/84, de 21 de agosto do corrente ano, encaminhando os esclarecimentos do Governo do Distrito Federal, em atendimento à audiência solicitada pela Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 1983, de autoria do Senador Hélio Gueiros, que "dispõe sobre a substituição por "Ana Lídia", do nome de Rogério Pithon Faria", no logradouro público de Brasília, anteriormente conhecido como Parque da Cidade".

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

#### PARECERES

##### PARECERES NºS 393 E 394, DE 1984

**Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1982, que institui o "Dia Nacional da Conservação do Solo" a ser comemorado, em todo o País, no dia 15 de abril de cada ano".**

##### PARECER Nº 393, DE 1984 (Da Comissão de Constituição e Justiça)

**Relator: Senador José Ignácio Ferreira**

De autoria do nobre Senador Passos Pôrto, o projeto sob exame institui, a 15 de abril de cada ano, a comemoração do "Dia Nacional da Conservação do Solo", sob o respaldo de brilhante justificação.

Lembra o autor que, em São Paulo, já se comemora em tal data, o Dia da Conservação do Solo, em homenagem ao norte-americano Hugh Hammond Bennet —

(\*) Será publicado em Suplemento à presente edição.

nascido num 15 de abril —, o grande pioneiro que despertou o mundo para as conseqüências da erosão e da desertificação.

Enfatiza um trecho da justificação:

“Estava faltando a homenagem do País a Hugh Hammond Bennett, esse peregrino da salvação dos solos que percorreu várias nações das Américas, África e Europa, divulgando a conservação do solo e transmitindo os seus conhecimentos e práticas conservacionistas a todas as regiões da terra. Há um Manual de Conservação do Solo, com mais, de 300 páginas, que foi traduzido em diversas línguas e é a bíblia dos trabalhos de combate e controle da erosão do solo.

Quando em 1951, tendo atingido a idade de aposentadoria compulsória, Bennett teve de afastar-se do Serviço, pôde afirmar em relatório que a conservação do solo se tornou um movimento universal. Mais de 1.100 técnicos estrangeiros de 88 países tinham visitado os Estados Unidos para estudar os seus métodos. E mais de 32 nações já haviam estabelecido programas de conservação do solo baseados no modelo norte-americano.

É preciso que em todo 15 de abril a nossa Pátria se levante em homenagem a esse benfeitor da humanidade, realizando cursos, debates e comemorações, que conscientizem a sociedade brasileira da inexcusável importância da manutenção dos nossos solos, como instrumento fundamental da permanência do nosso desenvolvimento, da perspectiva do nosso futuro e da sobrevivência da nossa civilização.”

O projeto é constitucional, jurídico, está elaborado em boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, só merece aplausos, razões que me levam a opinar por sua aprovação.

Sala da Comissão, 13 de junho de 1984. — **Murilo Badaró**, Presidente — **José Ignácio Ferreira**, Relator — **Hélio Gueiros** — **Odacir Soares** — **Martins Filho** — **Carlos Chiarelli** — **Octávio Cardoso** — **Passos Pôrto**.

#### PARECER Nº 394, DE 1984

(Da Comissão de Educação e Cultura)

Relator: Senador Gastão Müller

O projeto em exame, de autoria do ilustre Senador Passos Pôrto, tem como objetivo instituir, a 15 de abril de cada ano, a comemoração do “Dia Nacional do Solo”.

Em sua brilhante justificação o autor do projeto, Engenheiro Agrônomo, e Parlamentar com longa experiência em questões ecológicas aduz que:

“Estava faltando a homenagem do País, a Hugh Hammond Bennett, esse peregrino da salvação dos solos que percorreu várias nações das Américas, África e Europa, divulgando a conservação do solo e transmitindo os seus conhecimentos e práticas conservacionistas a todas as regiões da terra. Há um seu Manual de Conservação do Solo, com, mais, de 300 páginas, que foi traduzido em diversas línguas e é a bíblia dos trabalhos de combate e controle da erosão do solo.

Quando em 1951, tendo atingido a idade de aposentadoria compulsória, Bennett teve de afastar-se do Serviço, pôde afirmar em relatório que a conservação do solo se tornou um movimento universal. Mais de 1.100 técnicos estrangeiros de 88 países tinham visitado os Estados Unidos para estudar os seus métodos. E mais de 32 nações já haviam estabe-

lecido programas de conservação do solo baseados no modelo norte-americano.

É preciso que em todo 15 de abril a nossa Pátria se levante em homenagem a esse benfeitor da humanidade, realizando cursos, debates e comemorações, que conscientizem a sociedade brasileira da inexcusável importância da manutenção dos nossos solos, como instrumento fundamental da permanência do nosso desenvolvimento, da perspectiva do nosso futuro e da sobrevivência da nossa civilização.”

Assim, o autor do projeto, atendendo aos apelos dos conservacionistas de todo País, e lembrando que, em São Paulo já se comemora o dia da Conservação do Solo, apresentou este projeto em homenagem a BENNETT, o precursor da conservação do solo.

Consideramos que esse projeto é justo e oportuno, e que é louvável a iniciativa do ilustre Senador Passos Pôrto.

Isto posto, somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 1984. — **João Calmon**, Presidente — **Gastão Müller**, Relator — **Passos Pôrto**, sem voto — **Eunice Michiles** — **Octávio Cardoso** — **Aderbal Jurema**.

#### PARECERES NºS 395, 396 E 397, DE 1984

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1982 (nº 6.059-B, de 1982, na Casa de origem), que “dispõe sobre o ensino no Ministério da Aeronáutica”.

#### PARECER Nº 395, DE 1984.

(Da Comissão de Segurança Nacional)

Relator: Senador José Lins

Submetido à deliberação do Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, o presente projeto de lei é, conforme a exposição de motivos ministerial, que institui, resultado do esforço conjunto desenvolvido pelos Ministérios da Aeronáutica e da Educação e Cultura.

É evidente a necessidade de um conjunto de regras disciplinadoras do ensino na Aeronáutica. Essa Arma carece de um sistema que atenda às expectativas do moderno desempenho profissional. E, por isso mesmo, a formação, a especialização, o aperfeiçoamento, os altos estudos são apenas fases de um processo seletivo exigente, pela própria transformação por que passa a Força Aérea Brasileira, em todos os seus setores.

A Câmara dos Deputados aprovou o texto oriundo do Executivo. O ilustre Relator do projeto, nesta Comissão, também opina pela aceitação do inteiro teor original.

Como Força Armada e, portanto, instituição nacional, permanente e regular, a Aeronáutica precisa de especial e contínua preparação de seus quadros, para que possa cumprir a própria destinação constitucional.

No mundo contemporâneo, a função que lhe compete é ampla e das mais complexas. Inclui em decorrência da rápida evolução do setor astronáutico. Em verdade, o desenvolvimento da exploração espacial, com o avanço da astronáutica, a colocação de complicados instrumentos de precisão e destruição, em órbita da Terra, concede à Aeronáutica um papel *sui generis*, exigindo dela, por conseguinte, sistema de instrução amplamente flexível.

O projeto, melhor seria se traçasse o contorno geral do sistema de ensino. As disposições de tipos e níveis e os pormenores de metodologia, objetivos a serem atingidos etc. deveriam ser deixados à definição gradual do Ministério da Aeronáutica. Este poderia suprir necessidades e corrigir falhas, à medida que tal se tornasse necessário.

O ensino aeronáutico, assim, apresentaria mais flexibilidade, podendo ser adaptado às condições emergentes.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma do seguinte.

#### EMENDA Nº 1-CSN

Dê-se ao projeto de lei nº 99, de 1982 (nº 6.059-B, na Câmara dos Deputados) a seguinte redação:

#### PROJETO DE LEI Nº , DE 1982

#### Dispõe sobre o Ensino no Ministério da Aeronáutica.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O Ministério da Aeronáutica manterá Sistema de Ensino próprio, de forma integrada, com a finalidade de proporcionar ao seu pessoal, civil e militar, da ativa ou da reserva, a necessária habilitação para o exercício, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em sua organização, para o cumprimento de sua destinação constitucional.

Art. 2º O Ministro da Aeronáutica definirá a Política de Ensino da Aeronáutica, estabelecendo seus objetivos, e baixará diretrizes ao Órgão de direção setorial responsável pelas atividades relativas ao pessoal da Aeronáutica.

Art. 3º A execução da Política de Ensino da Aeronáutica é da competência de um Órgão Central do Sistema, como tal definido pelo Poder Executivo.

Art. 4º Os cursos do Sistema de Ensino no Ministério da Aeronáutica serão criados mediante ato formal da atividade competente, na forma que dispuser o regulamento da presente lei.

Art. 5º Considerar-se-ão atividades do Ensino no Ministério da Aeronáutica:

I — as que, pertinentes ao conjunto integrado do ensino e da pesquisa, se realizarem nas instituições do Ministério da Aeronáutica;

II — os cursos e estágios de interesse da Aeronáutica, ministrados ou realizados em organizações militares ou civis, nacionais ou estrangeiras, estranhas ao Ministério da Aeronáutica.

Art. 6º Respeitados os aspectos peculiares, o Ensino no Ministério da Aeronáutica observará as normas e diretrizes da legislação federal vigente.

Parágrafo único. As características básicas e os fatores condicionantes dos cursos do Ensino no Ministério da Aeronáutica serão regulamentados pelo Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta dias) da data da presente lei.

Art. 7º Os diplomas e certificados expedidos pelas organizações integrantes do Sistema de Ensino no Ministério da Aeronáutica terão validade nacional e serão registrados no Órgão Central do Sistema.

Art. 8º A equivalência ou equiparação dos cursos do Sistema de Ensino no Ministério da Aeronáutica aos cursos civis cabe ao Conselho Federal de Educação.

Art. 9º A organização e as atribuições do Corpo Docente das organizações do Sistema de Ensino no Ministério da Aeronáutica obedecerão ao que dispõe lei específica.

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1984. — **Almir Pinto** Vice-Presidente, no Exercício da Presidência — **José Lins**, Relator — **Mauro Borges** — **Passos Pôrto**.

#### VOTO VENCIDO, EM SEPARADO DO SR. SENADOR DINARTE MARIZ:

Com a finalidade de proporcionar a necessária habilitação para o exercício, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em Lei, o presente projeto pretende es-

tubecer sistema próprio de ensino, a ser mantido pelo Ministério da Aeronáutica.

O processo previsto pela proposição em exame deve ser contínuo, atualizado e aprimorado. Por isso mesmo, realizar-se-á por meio de concepções realistas, objetivos definidos, planejamento integrado e articulação do ensino em todos os níveis. Assim, respeitados os aspectos que lhe são peculiares, o ensino no Ministério da Aeronáutica se desenvolverá de acordo com as normas e diretrizes da legislação federal de ensino.

Consta o projeto de oito capítulos, englobando os seguintes aspectos: Do Ensino no Ministério da Aeronáutica, Da Administração do Ensino, Da Organização do Ensino, Das Modalidades de Cursos, Dos Tipos e Níveis de Ensino, Do Ensino do Pessoal da Reserva, Das Disposições Gerais e Das Disposições Finais.

Nos vinte e um artigos que o compõem, o projeto trata das atividades de ensino que lhe competem e que, por definição (art. 15) são as pertinentes ao conjunto integrado do ensino e da pesquisa que se realizarem nas instituições do Ministério da Aeronáutica. Além dessas, o parágrafo único do art. 15 referido inclui as "atividades de ensino aeronáutica constantes dos cursos e estágios de interesse do Ministério da Aeronáutica ministrados ou realizados em organizações estranhas ao Ministério da Aeronáutica, militares ou civis, nacionais ou estrangeiro".

A proposição é submetida ao Congresso Nacional, pelo Presidente da República, nos termos do art. 51 da Constituição Federal, acompanhada de exposição de motivos na qual o Ministro da Aeronáutica afirma ser, a iniciativa,

... resultado do esforço conjunto desenvolvido entre esta Secretaria de Estado e o Ministério da Educação e Cultura, que diligenciaram no sentido de elaborar um diploma legal que atendesse às necessidades do ensino, neste Ministério.

Assegura, ainda, o Titular da Aeronáutica ser o projeto abrangente e flexível, capaz de atender à rapidez das transformações por que vem passando a Força Aérea Brasileira.

Na Câmara dos Deputados, a matéria mereceu aprovação nas Comissões e no Plenário.

Efetivamente, o projeto prevê o estabelecimento de amplo sistema de ensino, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, que ficará aparelhado para realizar amplo trabalho educacional.

Somos, portanto, pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 17 de maio de 1984. — **Dinarte Mariz.**

**PARECER Nº 396, DE 1984**  
(Da Comissão de Constituição e Justiça)

**Relator: Senador Passos Pôrto**

O projeto sob exame, originário do Poder Executivo, dispõe sobre o ensino no Ministério da Aeronáutica. A proposição iniciou sua tramitação, na Câmara dos Deputados, a 15 de abril de 1982 e, ali aprovada sem restrições, foi encaminhada à revisão do Senado, a 26 de agosto de 1982.

Na Comissão de Segurança Nacional do Senado, prevaleceu o Substitutivo relatado pelo ilustre Senador José Lins.

Cabe-nos, nesta Comissão, por conseguinte, examinar o mérito do projeto — cuja constitucionalidade e juridicidade já foram apreciadas pela douta Comissão de Constituição e Justiça da Câmara — e o Substitutivo aprovado pela douta Comissão de Segurança Nacional.

Quanto ao mérito da proposição, seu interesse público se reflete nas suas disposições. A Aeronáutica brasileira, como bem o demonstra a Exposição de Motivos de fls., precisa efetivamente de criar um sistema de ensino que atenda às suas responsabilidades, dia a dia crescentes em

face do avanço tecnológico que altera a própria fisionomia física e estratégica do mundo.

O Substitutivo da Comissão de Segurança Nacional do Senado procura aprimorar o projeto original, tomando por base o seguinte raciocínio exposto no parecer do Relator do Vencido:

"No mundo contemporâneo, a função que lhe compete é ampla e das mais complexas. Inclui em decorrência da rápida evolução do setor astronáutico. Em verdade, o desenvolvimento da exploração espacial, com o avanço da astronáutica, a colocação de complicados instrumentos de precisão de destruição, em órbita da Terra, concede à Aeronáutica um papel *sui generis*, exigindo dela, por conseguinte, sistema de instrução amplamente flexível.

O projeto, melhor seria se traçasse o contorno geral do sistema de ensino. As disposições de ensino. As disposições de tipos e níveis e os pormenores de metodologia, objetivos a serem atingidos etc. deveriam ser deixados à definição gradual do Ministro da Aeronáutica. Este poderia suprir necessidades e corrigir falhas, à medida que tal se tornasse necessário.

O ensino aeronáutico, assim, apresentaria mais flexibilidade, podendo ser adaptado às condições emergentes."

O Substitutivo, do mesmo modo que a proposição original, é constitucional, jurídico e está elaborado em boa técnica legislativa, nada impedindo sua tramitação. De qualquer modo, porém, o Substitutivo altera substancialmente um projeto que, segundo a Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Aeronáutica, resultou "do esforço conjunto desenvolvido entre esta Secretaria de Estado e o Ministério da Educação e Cultura, que diligenciaram no sentido de elaborar um diploma legal que atendesse às necessidades do ensino neste Ministério".

Isto aposto, opino favoravelmente ao projeto na forma do Substitutivo da Comissão de Segurança Nacional do Senado, ressaltando que ambas as proposições não encontram óbices de natureza constitucional ou jurídica.

Este, o meu parecer.

Sala das Comissões, 13 de junho de 1984. — **Murilo Badaró, Presidente — Passos Pôrto, Relator — José Ignácio Ferreira — Hélio Gueiros — Odacir Soares — Octávio Cardoso — Carlos Chiarelli — Martins Filho.**

**PARECER Nº 397, DE 1984**  
(Da Comissão de Educação e Cultura)  
**Relator: Senador Gastão Müller**

O projeto em exame, submetido à diliberação do Congresso Nacional, Pelo Poder Executivo, dispõe sobre o ensino no Ministério da Aeronáutica.

O projeto em estudo é resultado do esforço conjunto desenvolvido pelos Ministérios da Aeronáutica e da Educação e Cultura, tendo sua tramitação iniciada pela Câmara dos Deputados a 15 de abril de 1982, e aprovada naquela Casa, sem restrições. Encaminhada à revisão no Senado, a 26 de agosto de 1982, sofreu aperfeiçoamentos, na Comissão de Segurança Nacional, onde foi aprovado o Substitutivo relatado pelo ilustre Senador José Lins.

A Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República diz que:

"O presente Anteprojeto de Lei é o resultado do esforço conjunto desenvolvido entre esta Secretaria de Estado e o Ministério da Educação e Cultura que diligenciaram no sentido de elaborar um diploma legal que atendesse às necessidades do ensino, neste Ministério.

Acredito ser um diploma que abrange todas as áreas de interesse deste Ministério, mas com flexibilidade para permitir a criação de escolas, cursos e estágios que se façam necessários face a rapidez das transformações porque vem passando a Força Aérea Brasileira."

Assim, estudando o mérito da proposição, notamos que a Aeronáutica brasileira necessita criar sistema de ensino que tenha como finalidade atender às necessidades dos Planos de Carreiras de Oficiais, de Graduados e o aprimoramento dos Servidores Civis. Admite o ensino supletivo com vista à qualificação de mão-de-obra, assim como o ensino profissionalizante. Tem também, com seus méritos, o objetivo de manter equivalência dos cursos com os correspondentes da área civil, assim como os diplomas e certificados expedidos pelas Organizações de ensino do Ministério da Aeronáutica terão validade nacional.

Ao tramitar na Comissão de Segurança Nacional, o projeto original foi aprimorado, tendo o ilustre Relator do Vencido aduzido que:

"No mundo contemporâneo, a função que lhe compete é ampla e das mais complexas. Inclui em decorrência da rápida evolução do setor astronáutico. Em verdade, o desenvolvimento da exploração espacial, com o avanço da astronáutica, a colocação de complicados instrumentos de precisão de destruição em órbita da Terra concede à Aeronáutica um papel *sui generis*, exigindo dela, por conseguinte, sistema de instrução amplamente flexível.

O projeto, melhor seria se traçasse o contorno geral do sistema de ensino. As disposições de ensino. As disposições de tipos e níveis e os pormenores de metodologia, objetivos a serem atingidos, etc. deveriam ser deixados à definição gradual do Ministro da Aeronáutica. Este poderia suprir necessidades e corrigir falhas, à medida que tal se tornasse necessário.

O ensino aeronáutico, assim, apresentaria mais flexibilidade, podendo ser adaptado às condições emergentes."

Assim, considerando que o projeto, na forma do Substitutivo da Comissão de Segurança Nacional do Senado, estabelecerá um conjunto de regras disciplinadoras do ensino na Aeronáutica, que atenderá às expectativas do moderno desempenho profissional.

Isto posto, e por considerar que o Substitutivo da Comissão de Segurança Nacional é justo e oportuno, somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 1984. — **João Calmon, Presidente — Gastão Müller, Relator — Passos Pôrto — Eunice Michiles — Octávio Cardoso — Aderbal Jurema.**

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Do expediente lido figura a Mensagem nº 146, de 1984 (nº 303/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal, nos termos do art. 57, inciso IV, combinado com o art. 17, § 1º da Constituição, projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1985.

A matéria será despachada à Comissão do Distrito Federal, podendo os Senhores Senadores, perante ela, apresentar emendas nos vinte dias que se seguirem à sua publicação no **Diário do Congresso Nacional**.

Para emitir parecer sobre o projeto e as emendas, a Comissão terá o prazo de trinta dias.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A presidência recebeu, do Governador do Estado de Minas Gerais,

o Ofício nº S/14, de 1984 (nº G/1992/84, na origem), solicitando, nos termos do item IV do art. 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), para o fim que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A Presidência recebeu, do Governador do Estado do Amazonas, o Ofício nº S/15, de 1984 (nº 204/84, na origem), solicitando, nos termos do item IV do art. 42 da Constituição, autorização do Senado Federal a fim de que aquele Estado possa realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,200,000.00 (vinte milhões e duzentos mil dólares), para o fim que especifica.

A matéria ficará aguardando, na Secretaria Geral da Mesa, a complementação dos documentos necessários.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A Presidência recebeu, em 22 do corrente, comunicação do Senador Murilo Badaró, de afastamento do exercício do mandato, a partir daquela data, para, nos termos do art. 36 da Constituição, assumir o cargo de Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

A Presidência tomou as providências necessárias à convocação do suplente.

(É a seguinte a comunicação recebida pela Presidência.)

Em 22 de agosto de 1984

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em obediência ao disposto no art. 43, alínea b do Regimento Interno, que nesta data me afasto do exercício do mandato de Senador pelo Estado de Minas Gerais a fim de, nos termos do art. 36 da Constituição, assumir o cargo, para o qual fui nomeado, de Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

Atenciosas saudações; Murilo Badaró.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Devendo realizar-se, no período de 26 a 31 de agosto corrente, na Cidade de Buenos Aires, o 20º Congresso da Associação de Indústrias Latino-Americanas a Presidência comunica ao plenário que comparecerá àquele evento, a convite da Asociación Industrial Latinoamericana (AILA), o Senador Albano Franco.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário. São lidos os seguintes

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 1984

**Define a residência médica e disciplina o exercício profissional da atividade dando outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Considera-se residência médica a modalidade de ensino de pós-graduação sob a forma de especialização que, mediante relação de emprego disciplinada pela CLT, é caracterizada por treinamento em serviço com prestação de trabalhos, em regime de tempo integral, nas instituições de saúde, universitária ou não, sob a orientação de profissionais médicos.

Parágrafo único. As instituições de saúde referidas neste artigo somente poderão oferecer programa de resi-

dência médica após credenciadas pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 2º O exercício da atividade de médico-residente é privativo de médico que, para fins de especialização, se vincule a um programa de residência médica em instituição de saúde, nas condições previstas nesta lei.

Parágrafo único. Para admissão em programa de residência médica, o candidato deverá submeter-se a processo de seleção a cargo da instituição de saúde, aprovado previamente pela Comissão Nacional de Residência Médica.

Art. 3º A residência médica será cumprida em dois (2) períodos de um (1) ano.

§ 1º No primeiro ano o residente fará treinamento e aperfeiçoamento nas clínicas básicas.

§ 2º No segundo período será proporcionado ao residente a devida especialização, de acordo com escolha manifestada previamente e aprovada pela Comissão a que se refere o artigo seguinte.

Art. 4º Em toda instituição de saúde onde se realizar residência médica haverá uma Comissão de Residência Médica.

Parágrafo único. A comissão de Residência Médica, que será organizada e funcionará em conformidade com estatutos próprios, aprovados pela Comissão Nacional de Residência Médica, caberá:

I — selecionar os médicos-residentes;

II — estabelecer normas de sua atuação junto aos Departamentos da instituição de saúde;

III — criar prêmios e fixar penalidades aplicáveis aos médicos-residentes;

IV — fixar as condições de prestação de assistência dos médicos-residentes aos acadêmicos internos;

V — resolver outras questões relacionadas com a atuação dos médicos-residentes.

Art. 5º Paralelamente às atividades normais, o médico-residente prestará assistência aos acadêmicos internos, segundo as regras estabelecidas pela Comissão de Residência Médica.

Art. 6º A remuneração mínima atribuível pelas instituições de saúde aos médicos-residentes não poderá ser inferior a:

I — seis (6) vezes o salário mínimo unificado, para os do primeiro ano de residência.

II — dez (10) vezes o salário mínimo para os do segundo ano de residência.

Parágrafo único — Salvo expressa estipulação contratual em contrário, não serão descontados da remuneração do médico-residente a alimentação e habitação fornecidas pela instituição de saúde.

Art. 7º Além da importância fixa, paga pela instituição de saúde, o médico-residente fará jus a trinta (30) por cento da receita dos convênios mantidos, quanto aos casos por ele diretamente atendidos.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, mensalmente a instituição prestará contas dos saldos dos convênios mantidos à Comissão de Residência Médica.

§ 2º A vantagem prevista neste artigo será paga ao médico-residente, em dinheiro, até o décimo dia subsequente ao mês em que o serviço foi prestado.

Art. 8º O Grupo da Confederação das Profissões Liberais, constante do Quadro anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, é acrescido da profissão de Médico-Residente.

Art. 9º O Poder Executivo expedirá o Regulamento da presente lei dentro do prazo de noventa (90) dias, ouvidos os Ministérios da Educação e Cultura, da Saúde e do Trabalho, dispondo especialmente sobre a constituição e funcionamento da Comissão Nacional de Residência Médica, à qual todas as instituições de saúde deverão submeter seus programas de residência médica.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Para discussão e, certamente, para o acolhimento das emendas aperfeiçoadoras que receberá nas comissões técnicas, ofereço à consideração da Casa, num momento de vital importância para os exercentes da atividade aqui referida, este projeto de lei que trata de estabelecer a conceituação jurídica da residência médica, assim como especialmente, de disciplinar o exercício da profissão.

Esclareço que a proposição está baseada em trabalhos anteriormente já apresentados à consideração do Congresso, principalmente em projeto da própria autoria do signatário deste, bem como em outro do nobre Senador Henrique Santillo (PLS nº 8, de 1977 e PLS nº 257, de 1980, respectivamente), com a preocupação de aproveitamento do que de melhor ambos continham.

O importante é reconhecer que a residência-médica é importante, indispensável mesmo, não devendo o legislador postergar a sua regulamentação.

-Sala das Sessões, 22 de agosto de 1984. — Nelson Carneiro.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Saúde.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 155, DE 1984

**Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), incluindo entre os bens absolutamente impenhoráveis os que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É acrescentado ao art. 649 do Código de Processo Civil (Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973) o seguinte inciso X:

"X — Os bens de valor histórico, artístico e cultural pertencentes a instituições de ensino, cultura e artes."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Objetiva o presente projeto de lei, apresentado à consideração do Congresso em atendimento à reivindicação do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, incluir entre os bens absolutamente impenhoráveis do art. 649, do CPC, os de valor histórico, artístico e cultural pertencentes a instituições de ensino, cultura e artes, a fim de que tais bens deixem, repentinamente e por alguma emergencial constrição judicial, de servir à finalidade para a qual se encontram reunidos nas referidas instituições.

Tem-se em vista, outrossim, evitar que se repitam acontecimentos lamentáveis como os que envolveram a Biblioteca do Centro Latino Americano de Ciências Sociais, de que toda a imprensa se ocupou.

-Sala das Sessões, 23 de agosto de 1984. — Roberto Saturnino.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.869,  
DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Art. 649. São, absolutamente impenhoráveis: (1º)

I — os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução;

II — as provisões de alimento e de combustível, necessárias à manutenção do devedor e de sua família durante um mês;

III — o anel nupcial e os retratos de família;

IV — os vencimentos dos magistrados, dos professores e dos funcionários públicos, o soldo e os salários, salvo para pagamento de prestação alimentícia;

V — os equipamentos dos militares;

VI — os livros, as máquinas, os utensílios e os instrumentos, necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão; (2º)

VII — as pensões, as tenças ou os montepios, percebidos dos cofres públicos, ou de institutos de previdência, bem como os provenientes de liberalidade de terceiro, quando destinados ao sustento do devedor ou da sua família;

VIII — os materiais necessários para obras em andamento, salvo se estas forem penhoradas; (3º) IX — o seguro de vida.

(19) São, também, impenhoráveis:

— Os benefícios concedidos aos trabalhadores rurais e aos segurados e seus dependentes: art. 33 da Lei Complementar nº 11, de 25-5-1971, e art. 114 da CLPS, respectivamente.

— Os depósitos bancários em conta vinculada em nome do empregado relativo ao FGTS: art. 27 da Lei nº 5.107, de 13-9-1966.

(20) O disposto nos incisos VI e VIII não se aplica à alienação fiduciária: V. § único do art. 5º do Decreto-lei nº 911, de 1-10-1969, na redação dada pela Lei nº 6.071, de 3-7-1974.

(À Comissão de Constituição e Justiça.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 1984**

**Acrescenta item ao parágrafo 1º, do art. 27, da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, a fim de incluir pelo menos dois mutuários no Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação (BNH).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º, do art. 27, da Lei nº 4.380, de 21-8-1964, passa a vigorar com a seguinte modificação:

“Art. 27. ....

§ 1º .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) Pelo menos dois mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, indicados pelas entidades representativas dos mesmos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Justificação**

A democratização da gestão administrativa do Banco Nacional da Habitação é um acalentado sonho de seus principais interessados e sua razão de ser: os mutuários.

O art. 27, da Lei nº 4.380, de 21-8-64, que institui o Sistema Financeiro de Habitação, determina que o Banco Nacional da Habitação “será administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal”.

O art. 28, da citada Lei, estipula que “os membros da Diretoria e três dos membros do Conselho de Administração serão escolhidos dentre cidadãos de reconhecida

idoneidade moral e comprovada capacidade em assuntos econômico-financeiros, sendo dois outros membros do Conselho de Administração escolhidos dentre os especialistas respectivamente, em assuntos de saúde pública, de previdência social, e o sexto o Superintendente do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo”.

Pois bem. Faltam exatamente os mutuários que não têm nem voz nem voto e sendo o motivo da existência do BNH, atualmente vêem o sonho da casa própria transformar-se no mais negro pesadelo.

O legislador de 1964 se esqueceu do mutuário. O legislador de 1983, ao editar o Decreto nº 88.371, de 7-6-83, permaneceu na insensibilidade e no desprezo olímpico para o mutuário. Senão vejamos. O art. 9º do citado Decreto afirma: “Fica criado grupo de trabalho interministerial, composto por representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério do Interior e Ministério da Fazenda, com a participação de representantes da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança — ABECIP, com a finalidade de examinar as repercussões futuras do presente Decreto sobre o Sistema Financeiro de Habitação e propor, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas adicionais julgadas necessárias”.

O teor deste artigo revela, por si só, o descalabro financeiro e administrativo em que se encontra o Sistema Financeiro de Habitação.

No momento, porém, o que queremos é salientar que o grupo de trabalho criado foi composto por representantes do governo e dos empresários. Mais uma vez os mutuários foram deixados de lado. Na época, entramos com o Projeto de Lei do Senado nº 151/83 que visava incluir um representante dos mutuários no citado grupo. O projeto encontra-se engavetado, o grupo de trabalho ninguém sabe se terminou o seu trabalho e a que conclusões chegou, se é que chegou a alguma. O certo é que os mutuários não foram sequer ouvidos.

É nosso dever dar voz e voto aos mutuários. É nosso dever democratizar a gestão do BNH.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 1984. — **Pedro Simon**

**LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço de Habitação e Urbanismo, e dá outras providências.

Art. 27. O Banco Nacional da Habitação será administrado por um Conselho de Administração e uma Diretoria, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República e aprovados pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho de Administração será composto de:

a) o Presidente do Banco Nacional da Habitação, como seu Presidente, e com voto de qualidade;

b) de seis a nove Conselheiros, com mandato de 3 anos cada um;

c) os Diretores do Banco.

§ 2º A Diretoria será composta de:

a) o Presidente do Banco Nacional da Habitação, com demissível *ad nutem*;

b) o Diretor-Superintendente do mandato de 4 anos;

c) dois a cinco Diretores com mandato de 4 anos.

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Serviço Público Civil.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 1984**

**Proíbe o trabalho em horas extraordinárias nas empresas que, no último quinquênio, tenham reduzido o número de empregados.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As empresas públicas ou privadas que tenham dispensado empregados nos últimos cinco anos ficam proibidas de convocar o seu pessoal para trabalhar em horas extraordinárias.

§ 1º A infração ao presente artigo é apenada com multa equivalente a cem (100) salários de referência, duplicada, cumulativamente, a cada reincidência.

§ 2º Passado um quinquênio sem dispensar empregados, a empresa que incidir na suspensão prevista no caput ou na multa do parágrafo anterior, poderá convocar seus empregados para cumprir horário extraordinário.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e vinte (120) dias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**Justificação**

É necessária a adoção de todas as medidas cabíveis, no sentido de superar a conjuntura recessiva que enfrentamos, de que as empresas não se podem isentar totalmente, quando, podendo adotar uma política mais agressiva de vendas, inclusive com apelo às exportações, preferem dispensar uma parte do pessoal, mantendo a produtividade graças ao trabalho extraordinário dos trabalhadores remanescentes.

Impõem-se providências legais capazes de conter o desemprego e o subemprego, que lavram, no País, também por inépcia de uma parte da iniciativa privada, embora impossível eximirem-se de culpas as autoridades econômicas e financeiras, porque não encorajam o comércio e a indústria nacionais, mas antes persistem na sua penalização, por via dos tributos continuamente majorados e da falta de incentivos que induzam ao seu desenvolvimento.

Com o presente projeto, estamos apresentando modesta colaboração ao equacionamento do problema do achatamento salarial, quando o número dos sem-trabalho avulta no País, agravando, num ciclo vicioso, a conjuntura inflacionária.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 1984. — **Gastão Müller.**

(Às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Os projetos que vêm de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1984**

**Modifica, em parte, os artigos 179 e 180 do Regimento Interno do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O item I do artigo 179 do Regimento Interno do Senado passa a vigorar com a seguinte redação:

I — ordinárias, as realizadas em todos os dias úteis às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, exceto nas sextas-feiras quando terão início às 9 (nove) horas da manhã.

Art. 2º Acrescente-se ao parágrafo único do art. 179 o seguinte item:

e) aos sábados.

Art. 3º O art. 180 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 180. Com exceção das sextas-feiras, quando começará à 9 (nove) horas, a sessão ordinária terá início às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, pelo relógio do plenário, presentes no recinto, pelo menos 11 (onze) Senadores, e terá a duração máxima de 4 (quatro) horas, salvo prorrogação, e ressalvado o disposto nos arts. 201 e 202."

Art. 4º Revoguem-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Os novos usos e costumes aconselham a modificação regimental sugerida, por sinal já adotada pela Câmara dos Deputados.

Nada há que impeça a realização das sessões plenárias das sextas-feiras na parte da manhã, uma vez que o horário não é nem nunca foi usado pelas comissões técnicas. Por outro lado, a transferência da sessão para a parte da manhã facilitará a frequência dos Senadores que, normalmente, usam o fim de semana para viagens aos seus estados para renovação de contatos com suas comunidades.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 1984. — **Hélio Guelros**.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O projeto lido após publicado e distribuídos em avulsos ficará sobre a mesa pelo prazo de 3 (três) sessões a fim de receber emendas após o que será despachado às comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PTB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em 1934, quando tive que enfrentar os azares da adversidade política, minha velha companheira desde que iniciei a carreira, fui funcionário do Touring Club. E, desde logo, contagiei-me da gravidade do problema do turismo no Brasil. Quis a roda da fortuna que eu chegasse ao Congresso Nacional. Em vez dos artigos publicados na imprensa, coube-me, por várias vezes, ocupar a tribuna da Câmara para focalizar esse importante problema.

De 1963 até 1967, tive a honra de ser o Presidente da Associação Interparlamentar de Turismo Vice-Presidente da Associação Internacional, que tinha o seu secretariado geral no **Palais des Nations**, na Bélgica.

No curso da minha administração, realizei três simpósios nacionais e dois simpósios internacionais. O primeiro simpósio nacional foi nesta sala, no ano de 1964 e, pela primeira vez, aqui se reuniram agentes de viagem, hoteleiros, transportadores e parlamentares. Todos opinaram e tiveram o mesmo peso de voto; as deliberações foram tomadas por todos os integrantes daquele simpósio, que representou o primeiro gesto de congraçamento de todos os que se preocupam com o desenvolvimento do turismo no Brasil.

Recordo, com emoção muito grande, aquele velho combatente da hotelaria, que foi José Tjous; quando ocupou a tribuna do Senado, estava tão emocionado, a poucos anos da despedida da vida, que quase não podia

falar. A este, seguiram-se outros simpósios e é de justiça ressaltar o que se realizou, em 1965, no Rio de Janeiro. Ali foi um simpósio internacional e, pela primeira vez, reuniram-se no Brasil três Ministros de Turismo: os Ministros de Turismo da Itália, da Espanha e do Senegal. Delegados de todos os países latino-americanos, dos parlamentos dos países latino-americanos, e numerosos representantes dos países europeus, inclusive o Vice-Presidente da Assembléia Nacional da França.

Nesta reunião, Sr. Presidente, os debates foram largos e os oradores, os conferencistas, focalizaram os diversos aspectos da indústria do turismo no Brasil e para o Brasil.

Aquele tempo, discutia-se no Congresso Nacional um projeto criando o INBRATUR, que foi afinal aprovado a duras penas, de iniciativa dos que me antecederam na Presidência da Associação Interparlamentar de Turismo, inclusive nosso saudoso colega Gurgel do Amaral, e acabou vetado pelo Senhor Presidente da República. Mas, sobre os escombros desse projeto, criou-se a EMBRATUR.

Em 1967, deixei a Presidência da Associação Interparlamentar, substituído por aquela nobre figura de Petrónio Portella; mais tarde, por Osvaldo Zanello; depois, pelo nosso eminente colega Senador Saldanha Derzi e, atualmente, pelo Deputado Marcelo Linhares.

Em contato sempre com as preocupações dos que se dedicam ao desenvolvimento do turismo no País, apresentei, certa feita, um projeto que modificava a denominação do Ministério da Indústria e do Comércio para a Indústria e do Comércio e do Turismo. Não tocava na contextura, na organização, na administração do Ministério, apenas aditava ao título Indústria e Comércio a palavra Turismo. Por quê? Porque a só expressão turismo era uma propaganda onde quer que aparecesse, e depois eu colherei um exemplo que justificava aquela iniciativa: em Madri, o Governo espanhol realizou o I Congresso Hispano, Luso-brasileiro-Filipino, a que compareceram quase numerosos países, representados por seus Secretários e Ministros. E ali estavam vários representantes da América Latina, inclusive os credenciados do Governo Brasileiro, então integrando a Diretoria de Turismo, que era o que havia no Ministério do Trabalho, presidido superiormente pela Srª Luci Bloch. No entanto, a Srª Luci Bloch, que representava este imenso continente que é o Brasil, ficava anônima na platéia. A Presidência dos trabalhos cabia muitas vezes ao Ministro da Aviação, Transportes, Educação e Turismo, do Paraguai, ou, então, a um outro pequeno país da América, ou de outros continentes. Entendi, então, que devia oferecer aquele projeto, que não tocava na estrutura do Ministério, já que a EMBRATUR faz parte do próprio Ministério da Indústria e do Comércio. Este passaria a ser denominado Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e onde ele aparecesse, em qualquer de suas projeções no exterior, iria a propaganda do turismo em favor do Brasil. Mas, o Ministro de então achou de reagir contra essa proposição e o projeto não vingou.

Hoje, tive a oportunidade de comparecer à memorável reunião dos agentes de viagem que se realiza em Brasília. E ali recordei esse episódio e a idéia foi recebida com palmas. Não há o que tocar no Ministério. O Ministro não fica mais importante e nem menos importante, porque a EMBRATUR já faz parte do Ministério da Indústria e do Comércio mas onde quer que apareça um papel daquele ministério, aparecerá também o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, como que lembrando a todos os países estrangeiros, a todos os povos, a todos os interessados de que aqui existe também alguém preocupado com o turismo.

Naquela memorável assembléia de 1965, o I Simpósio Internacional promovido pela Associação Brasileira de Turismo, que teve inclusive a presença do Presidente da

UIOT, então a poderosa organização de agentes de viagem de todo o mundo, e cujo Presidente residia na Austrália, e cujo Secretário Geral ainda hoje continua liderando na Europa os problemas turísticos, residente na Suíça, teve o cuidado de encaminhá-los ao Ministro da Indústria e do Comércio do Brasil; e voltaram decepcionados. O Ministro lhes tinha dito o seguinte: "Nós não podemos tratar de turismo antes de resolver o problema econômico do Brasil". E voltaram aqueles dois líderes do turismo internacional e me contaram a sua decepção, concluindo que todos os países do mundo primeiro se valem do turismo para resolver os seus problemas de divisas, mas no Brasil, queria fazer o contrário: primeiro, queríamos pagar a dívida; depois, pensar no turismo. Era essa a mentalidade vigorante no Ministério da Indústria e do Comércio, no ano de 1965; felizmente se alterou. Será de justiça dizer que a EMBRATUR tem prestado assinalados serviços ao País nesse setor. E aqui estão homens que têm acompanhado esse esforço, inclusive o nobre Senador Saldanha Derzi, a quem acabei de me referir.

**O Sr. Jorge Kalume** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Ouço o nobre Senador Jorge Kalume.

**O Sr. Jorge Kalume** — Estou satisfeito com o entusiasmo de V. Exª pelo turismo no Brasil. Efetivamente, alguém disse que o turismo é a indústria sem chaminé. E um País Continental como o nosso deveria merecer uma melhor atenção para que fosse mais conhecido, não só pelos povos de outros países, mas pelos próprios nacionais, pelos próprios patricios. Certa vez, perguntaram a um grande físico brasileiro se ele queria ir à lua. Ele disse: Antes, quero conhecer a Amazônia. Portanto, a Amazônia é um portento de beleza e que poderia figurar, também, com muita ênfase, nas publicidades, para que fosse mais conhecida de todo o Brasil. Portanto, o Brasil tem que se mostrar a seus patricios, a seus filhos e ao mundo todo. Parabéns a V. Exª por essa genial idéia de defender o turismo no Brasil.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — O nobre Senador Jorge Kalume focaliza um aspecto da maior relevância, que é o problema da Amazônia. Hoje, constatamos, que é mais barato viajar para Miami do que para Manaus. A viagem aérea para Manaus custa 400 mil cruzeiros a mais do que a viagem para Miami. Isso mostra que é preciso fazer alguma coisa para que se vá mais comumente à Amazônia. Mas não basta apenas levar o homem para Manaus, em busca da Zona Franca, porque também a Zona é franca, mas já não é franca para o bolso do brasileiro. O preço atual é quase igual ao do Rio de Janeiro. Hoje, na dita reunião, um ilustre agente de viagem, de São Paulo, mostrava que antigamente um **video game** custava 1 milhão e poucos cruzeiros, em São Paulo, com a passagem aérea, ida e volta, o preço total era o mesmo, e o comprador, podia passar dois dias em Manaus fazendo turismo. Hoje, é mais barato comprar um **video game**, em São Paulo, sem pagar a passagem à Amazônia.

Evidentemente que esse é um problema complexo, dado o gravame que as companhias aéreas têm com o aumento crescente das suas despesas e a modificação permanente da taxa cambial. Compreendemos isso. Achamos também necessário promover a Amazônia. Esse é um assunto que abordarei tão logo o nobre Colega, Gastão Müller dê o seu aparte.

**O Sr. Gastão Müller** — Senador Nelson Carneiro, o turismo de Manaus, pelo que soube, também é prejudicado pela violência da Alfândega. A Alfândega de lá é agressiva, os seus funcionários são agressivos, mal-educados, tratam mal os turistas, revistam as malas com minúcia,

prejudicando o espírito do turista. O turista geralmente é uma pessoa que tem condições econômicas boas, que não quer se aborrecer, e essa situação de Manaus prejudica muito o turismo no Amazonas. Aqueles funcionários deveriam ser mais tratáveis, menos grosseiros, quando fiscalizassem o embarque, as malas dos turistas. Queria assinalar também que, tanto no Mato Grosso do Sul como no Mato Grosso, começou agora um turismo interessante que é o Pantanal. Em Cuiabá já se vê vários ônibus, principalmente de estrangeiros, que estão visitando o Pantanal, indiscutivelmente uma das áreas mais belas do mundo, em termos da presença da fauna e da flora brasileira. Muito obrigado.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Agradeço a V. Exª a contribuição que traz, certamente fruto da experiência de alguém que esteve lá recentemente e traz esse depoimento.

Queria assinalar a importância que o mundo dá hoje à Amazônia.

Em 1983, reuniram-se em Bruxelas o Parlamento Latino-Americano e o Parlamento Europeu. No cronograma dessas duas agremiações, a próxima reunião será no Brasil, no ano de 1985, possivelmente no mês de maio. Dos cinco dias de reuniões, certamente no Auditório Petrônio Portella, dois deles serão destinados especificamente ao problema do meio-ambiente e em especial da Amazônia.

O mundo que destruiu as suas florestas tem hoje no Brasil o seu pulmão. Nós teremos que responder pelos erros que outros praticaram e que nós estamos praticando.

Para levar a termo este objetivo, e, principalmente atender às solicitações dos parlamentares europeus que aqui comparecerão, o Parlamento Latino-Americano, que tenho a honra de presidir, e cujo mandato se encerra exatamente com essa realização, promoverá, se para tanto nos ajudarem os poderes públicos, uma excursão à Amazônia, visitando não só a Amazônia brasileira, como também a Cidade de Quito, no Peru, e a Cidade de Leticia, na Colômbia.

A Amazônia é esse mundo imenso para o qual se voltam todas as vistas do mundo civilizado, e que nós temos o dever de preservar não só para ele, mas também, para nós, para os nossos filhos e para as gerações que hão de vir.

**O Sr. José Lins** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Ouço, com muita honra, o aparte de V. Exª, nobre Senador José Lins.

**O Sr. José Lins** — Nobre Senador, tenho conhecimento dessa reunião dos agentes de viagem interessados no turismo, aqui, em Brasília. Considero, nobre Senador Nelson Carneiro, que este é um setor que merece uma grande atenção das autoridades, para o seu desenvolvimento não só em escala interna como, também, externa. Uma informação da ONU, que me chegou a algum tempo, dá conta de que este ano, por conta do turismo, viajaram 250 milhões de pessoas, e que no ano 2.000 a previsão é de um bilhão — 1/4 da humanidade, praticamente — viajando, inclusive para os países da Cortina de Ferro. Veja V. Exª a potencialidade de um setor como este para o desenvolvimento da nossa economia. A Espanha tem uma renda de turismo maior que a da indústria, recebendo, por ano, mais de 25 milhões de pessoas e dispõe, praticamente, da Costa do Sol e das belezas antigas e obras de arte. O turismo dirige-se, principalmente, para o lazer. Temos neste País uma potencialidade enorme, com as praias do Nordeste o ano inteiro à disposição dos banhistas, dispomos da Amazônia, como V. Exª bem sabia, e não estamos cuidando devidamente desta extraordinária fonte de riquezas e de criação de empregos.

Dois pontos, a meu ver, estão estrangulando o turismo brasileiro: primeiro, o custo do transporte, das passagens, que é exorbitantemente alto; e segundo, o custo dos hotéis. Por estranho que pareça, os hotéis no Brasil são mais caros do que os hotéis no estrangeiro, apesar do esforço que tem sido feito nesse setor. O fato é que o turista prefere muito mais gastar em lazer, em compras, em artesanato, do que simplesmente no custo de um quarto de hotel. De modo que quero me congratular com V. Exª, porque V. Exª não só homenageia hoje os que estão tratando de turismo aqui em Brasília, mas levanta um tema da maior importância para a economia e até importância social, devido ao potencial de criação de empregos de que o setor de turismo dispõe.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Sou muito grato à contribuição de V. Exª. Ainda hoje, na citada reunião, foi referida uma cifra ainda mais expressiva: no ano passado, 42 milhões de turistas visitaram a Espanha.

**O Sr. José Lins** — V. Exª vê como a taxa de crescimento é enorme, porque, há pouco mais de dois ou três anos, a Espanha contava 25 milhões de turistas estrangeiros. Se hoje já está com mais de 40 milhões, é certo que a previsão da ONU está correta, para quadruplicar até o ano dois mil o crescimento do turismo.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Portugal, que também, em menor escala, disputa a preferência dos turistas, criou um slogan: "Abril em Portugal". Exatamente porque é um mês em que o frio ainda não acabou em muitos Países da Europa, mas é sol em Portugal. Isso leva multidões para o Algarve, e outras praias lusitanas.

O problema do Brasil, no que diz respeito ao transporte aéreo, é grave, porque nós fazemos parte do hemisfério sul e as passagens são muito caras quando os aviões atravessam o Equador. Hoje, este problema está sendo minimizado, ou ao menos combatido, pelos sucessivos vôos charters que se fazem de um para outro país, embora esses vôos, por determinação da IATA, ou dos departamentos aeronáuticos, não possam ser tão numerosos quanto os vôos regulares.

Também no que diz respeito ao Brasil, nós não temos, ou não possuímos ter ainda, dadas as dificuldades cambiais com que lutamos, escritórios para a propaganda do Brasil em toda as grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos. Nossos escritórios são modestos, pequenos, acanhados. Quem visita, por exemplo a Avenida, Champs Elysées, em Paris, verificará que vários países que à distancia parecem inexpressivos com o turismo, têm lojas imensas, facilidades imensas, e apesar dos esforços das autoridades brasileiras que se acentuam a cada dia, as agências de turismo do Brasil são em regra as lojas da VARIG. É ela a grande agente de turismo do Brasil.

Sr. Presidente, o problema que me traz à tribuna é pedir antecipadamente o apoio dos ilustres colegas para que se converta em realidade o projeto que vou apresentar e que, sem aumentar despesa nenhuma, apenas muda o nome do Ministério que o nosso ilustre colega, Murilo Badaró, acabou de assumir ontem. Em vez de Ministério da Indústria e do Comércio, passará a ser Ministério da Indústria, Comércio e Turismo porque o grande fator de aumento do turismo é a divulgação. Sem divulgar o País, ninguém virá ao Brasil. Temos que acabar com um turismo do carnaval e só do carnaval. Esse é um evento. Temos que ter uma permanente corrente turística visitando o Brasil fora dos folguedos carnavalescos. O Brasil tem muitas atrações, principalmente tem muito sol. Até seria de indagar, agora que o carnaval no Rio de Janeiro se converteu praticamente num desfile, por que não realizá-lo também nos meses de julho ou agosto, além de fevereiro? Em julho e agosto aqui estariam, não só os turistas

europeus e americanos adultos, mas também os seus filhos porque são os meses em que os colégios estão fechados na Europa e nos Estados Unidos da América. Outros Estados, evidentemente, ainda mantêm, e graças a Deus, o carnaval popular como em Pernambuco, na Bahia e em quase todos os Estados brasileiros; é uma festa do povo. Mas a oficialização do carnaval carioca, cada vez vai se tornando mais em desfiles que alguns vêem porque podem pagar, outros se contentam em olhar pela televisão. Não tem portanto, nenhuma razão para que ao menos não se reproduza o carnaval num segundo período, já que ele é uma grande atração brasileira.

**O Sr. Jorge Kalume** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Com muita honra.

**O Sr. Jorge Kalume** — Estou ouvindo com muita atenção o seu pronunciamento sobre o turismo. Não há dúvida que o Brasil é riquíssimo em aspectos para se mostrar aos turistas. Mas gostaria de destacar um ponto. Nós ficamos muito limitados a que o turismo na Amazônia seria apenas a Zona Franca, quando, na verdade, não é apenas a Zona Franca. Nós temos que mostrar ao turista os rios da Amazônia, com suas águas coloridas, como o Rio Negro, o rio Tapajós, o Rio Tocantins, onde um é verde, o outro é amarelo e o outro é barrento. Além disso há a selva espargindo a sua clorofila; há o pôr-do-sol que é uma das maravilhas do Brasil e do mundo, o pôr-do-sol amazônico; há a lua nos meses de maio, junho, julho e agosto, que convida até a romances; há os igarapés; há as tabas indígenas; há os seringais, que ainda não são conhecidos do povo brasileiro. Portanto, temos magníficos aspectos, magníficas coisas a serem mostradas ao mundo inteiro e que não existem praticamente nos dias atuais por aí fora. Muito obrigado a V. Exª

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Agradeço e concluo, Sr. Presidente, lembrando que também no Sul, as praias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, por exemplo, são um espetáculo que a natureza deu de presente ao Brasil e que hoje são visitadas, e muito, por argentinos e uruguaios.

Sobre a Amazônia, V. Exª me fez voltar há muito tempo passado, e já lá se vão 50 anos exatos, quando cheguei à Amazônia. Não cheguei de avião. A primeira vez que me deslumbrei com a Amazônia, fui de navio, no antigo Almirante Jaceguai. Fui, então de Belém a Manaus, conhecendo aqueles espetáculos magníficos que a natureza oferece a quem viaja por aqueles rios. Vi o duelo dos rios, e até, numa conferência de que participei, diziam que eles disputavam o direito de rezar diante do crucifixo de Martius.

Realmente, a Amazônia é este espetáculo esplendoroso a que V. Exª se refere.

Já que citamos algumas praias, deixei para concluir, numa homenagem ao ilustre Presidente desta Casa, para falar nas praias de Guarapari, que constituem, além de um recanto delicioso da natureza, também um remédio para todos aqueles que sofrem de determinados males.

De qualquer forma, o principal é divulgar o Brasil porque ninguém ama o que não conhece. É preciso cada vez mais trazer todos os contingentes de homens, mulheres e crianças para o convívio do povo brasileiro para que não só amem o Brasil, mas, também, compreendam e amem o povo do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Aderbal Jurema.

**O SR. ADERBAL JUREMA** (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ontem, vimos passar o 8º aniversário da morte do grande brasileiro, do grande Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ontem, a Nação lembrou aquela figura admirável de mineiro estadista que, como se fosse um bandeirante da época contemporânea, abriu largas avenidas de progresso para este País. Hoje, Sr. Presidente, todos nós, acima das siglas partidárias, que representam, sem dúvida, parcelas da opinião pública, jurídica constitucionalmente organizadas, acima dessas siglas, temos que render a nossa homenagem, que tenho feito nesta Casa em várias oportunidades, ao construtor de Brasília, ao caminheiro do Oeste, ao bandeirante do século XX, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

**O Sr. Gastão Müller** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Ouço V. Exª

**O Sr. Gastão Müller** — Estou, no momento, na Liderança do PMDB. Este Partido não poderia ficar ausente de uma homenagem a um dos mais notáveis estadistas brasileiros de todos os tempos, que é o símbolo neste País do espírito democrático e do espírito desenvolvimentista, que gerou uma nova era para o Brasil. O PMDB — e eu pessoalmente — está solidário com V. Exª na homenagem à memória desse grande estadista brasileiro.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Agradeço a participação do Líder do PMDB, Senador Gastão Müller, que, como mato-grossense autêntico, sabe o que Juscelino Kubitschek trouxe para sua região. Ainda há pouco, Sr. Presidente e Srs. Senadores, ouvíamos nesta Casa a figura de orador sereno e culto que é Nelson Carneiro, fazendo a apologia do turismo, evocando os primeiros passos para que o turismo se transformasse em empresa nacional. E haveremos de fazer justiça, Senador Nelson Carneiro, Juscelino Kubitschek de Oliveira, ao rasgar os caminhos para o Oeste, ao estabelecer em Brasília a Capital da República, esta Capital que André Malraux chamou de A Capital da Esperança, foi, sem dúvida, o pioneiro do turismo nesta região, porque sem ele nós ainda estávamos arranhando a costa como caranguejos.

**O Sr. Octávio Cardoso** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Com prazer, nobre Senador Octávio Cardoso.

**O Sr. Octávio Cardoso** — Desejo associar o meu Partido, o PDS, em cuja Liderança eventualmente me encontro, às homenagens que V. Exª presta ao Presidente Juscelino Kubitschek, um dos homens incompreendidos no começo de sua carreira. Mais que incompreendido, combatido. Candidatura que se dizia perigosa e aventureira para o Brasil, acabou por tornar-se um homem símbolo da compreensão, um patriota, um democrata, um desenvolvimentista. O Brasil hoje presta as suas homenagens a esse ex-Presidente a quem a História acabou por fazer justiça.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — O Senador Octávio Cardoso, homem do Rio Grande, da terra dos grandes bandeirantes deste País, em nome do seu Partido também se associa às minhas modestas palavras que vêm evocar, nesta Casa, a figura ímpar de estadista que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira.

**O Sr. Nelson Carneiro** — V. Exª dá licença para um aparte?

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Com prazer, Senador Nelson Carneiro.

**O Sr. Nelson Carneiro** — V. Exª fala nesta Casa em nome da Nação brasileira.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Da Nação que acompanhou a vida de Juscelino Kubitschek de Oliveira e que hoje cultua a sua memória. Ninguém mais do que ele neste País merece a gratidão do povo brasileiro, e o seu grande Monumento em Brasília, esta Brasília que cresce a cada dia e que não é só a Capital da Esperança, é a Capital do Século XXI porque há de atravessar o Século XXI, e que hoje já desperta o entusiasmo, o interesse de todos os que no mundo acompanham a evolução das civilizações. Todas as pessoas que vão ao Rio de Janeiro, a São Paulo ou a Minas Gerais têm a preocupação de visitar Brasília, porque em nenhum lugar do mundo encontrarão uma cidade igual a esta. Uma cidade que mostra o pioneirismo, a bravura, o entusiasmo e a determinação de um homem que em tão pouco tempo conseguiu o milagre de construir uma metrópole. V. Exª e eu e alguns dos colegas que aqui estão, inclusive o Senador Virgílio Távora, e não vejo outros assim; fomos pioneiros, quando aqui chegamos em 1960, quando esta cidade era apenas barro e havia aquelas nuvens de pó vermelho que tingiam as roupas e causavam náuseas aos moradores. Mas tudo isto foi vencido pela tenacidade de um homem. Outro dia, falando aqui para homenagear a tenacidade do Senador Itamar Franco na defesa daquilo que ele acreditava ser a verdade, embora cada um tenha o direito de ter a sua verdade, eu lembrava a frase de Otávio Mangabeira numa hora difícil de sua carreira política, difícil e gloriosa. Ele usou o lema: "Uma andorinha só, faz verão". O exemplo é este: Juscelino Kubitschek, sozinho, fez verão. Ele, sozinho, plantou esta cidade. Porque foi o seu entusiasmo que convocou outros entusiasmos, outras dedicações, outras bravuras para esse empreendimento. Se ele não tivesse tido a determinação de realizar, não tivesse sido aquela andorinha só, que convocou outras andorinhas para, em bando, criarem esta cidade, hoje nós estaríamos sem a possibilidade de abrir para toda esta região Oeste do Brasil o caminho da sua redenção econômica. Juscelino Kubitschek, portanto, deixou de pertencer a qualquer partido, deixou de pertencer a qualquer geração, Juscelino Kubitschek é um patrimônio irreversível da Nação brasileira.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Agradeço a participação de V. Exª neste discurso evocativo que faço nesta hora. Apenas, Senador Nelson Carneiro, concordo em parte quando V. Exª fala na andorinha só, que fez verão. Em verdade Juscelino foi, como disse Paulo Pinheiro Chagas, "o contemporâneo do futuro", mas com ele vieram os candangos, vieram os Deputados e Senadores, em 1960, e lembro-me que os nossos cabelos se avermelharam ao pó do Planalto, mas os nossos corações continuavam sempre batendo sempre pelo Brasil ao lado de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Vale aqui, Sr. Presidente, já que tivemos oportunidade de conhecer de perto esta figura admirável de homem público, vale aqui evocar o seu sistema de trabalho, que ainda hoje é, sem dúvida, uma lição para os seus contemporâneos.

Era um Presidente da República madrugador. Seis horas da manhã, Juscelino Kubitschek de Oliveira já estava dando expediente, já estava recebendo os seus auxiliares, não somente aqui como no Palácio do Catete. Era eu, na época, Secretário de Educação e Cultura do Governador de Pernambuco, o General Osvaldo Cordeiro de Farias, que não rezava pela cartilha juscelinista, mas Juscelino não olhava Cordeiro de Farias como aquele irredentista de 1954, ele olhava para Cordeiro de Farias como Governador de Pernambuco, e eu, como seu repre-

sentante, lhe pedi audiência, e às seis horas da manhã já me encontrava no Palácio do Catete para ser recebido por aquela figura admirável de estadista.

E aqui, Sr. Presidente? Meu irmão Abelardo Jurema, Líder por dois anos da Bancada do inesquecível PSD, Líder do Governo, porque naquela época havia um entendimento perfeito entre o PSD e o PTB, era, portanto, Líder majoritário no Congresso, e quantas e quantas vezes, morando, inicialmente, juntos aqui, num modesto apartamento da 108, às seis e meia da manhã o Presidente telefonava, chamando-o. Para quê, Sr. Presidente? Por que tão cedo ele queria conversar com o seu Líder? Porque ele queria saber o termômetro político da sua Bancada naquele dia. Ele queria saber com quem contava naquele dia para as proposições que estavam em tramitação.

Era assim, Sr. Presidente, que Juscelino governava em cima de um helicóptero, fiscalizando todas as obras de Brasília; e governava dentro do seu gabinete, recebendo o seu Líder às 6 horas e 30 minutos da manhã, para saber com quem ele contava, na votação dos seus projetos, das suas mensagens, naquele dia. Acompanhava, diariamente — este é um testemunho que quero dar para a História — o processo de votação da Câmara e do Senado da República.

Era, portanto, um animal político. Era, portanto, o estadista de que nós precisamos nesta República. Era, sem dúvida, um homem público voltado não apenas para as suas ambições de glória, mas, também e para o progresso deste País.

**O Sr. Jorge Kalume** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Um segundo, Exª Foi Juscelino que colocou este País sobre rodas. Foi Juscelino quem deu largos horizontes às universidades brasileiras. Foi Juscelino quem incentivou a indústria do ferro e do aço. Foi Juscelino quem abriu estradas. A Belém-Brasília, tão malsinada na época, lembra-se o Senador Nelson Carneiro, chegou mesmo um Presidente da República, que não conseguiu ficar muito tempo porque não quis, a chamá-la de estrada das onças. No entanto, hoje, a Belém-Brasília — estão aqui os representantes daquela Região — não é estrada de onça; é, sem dúvida, uma das artérias mais vivas e que une o Norte ao Centro deste País.

Ouçó, agora, o aparte de V. Exª

**O Sr. Jorge Kalume** — Nobre Senador, quero juntar o meu depoimento às palavras de saudade nesta homenagem que V. Exª está prestando à memória de Juscelino Kubitschek, lembrando a sua grande obra. O meu depoimento consiste sobre a estrada Brasília-Acre. Um velho cearense governava o Acre, de Viçosa, o saudoso Manoel Fontnelles de Castro. Foi a Juscelino pedir a abertura da estrada entre Brasília e Acre porque o Acre é a região mais mediterrânea e insulada do Brasil. S. Exª perguntou-lhe qual a razão do pedido e ele exemplificou com um caminhão que, transportado por via fluvial, entre Belém-Manaus, o preço do frete era superior ao do veículo. Dias depois, não levou meses, as máquinas rasgavam as selvas inóspitas da Amazônia chegando até Rio Branco.

Era assim Juscelino Kubitschek, um predestinado, um estadista, um homem disposto, que sacudiu o Brasil, na sua época, — vejo, hoje, um exemplo paralelo mas, no momento, não vou citar — foi o homem mais combatido que se tornou um dos grandes Presidentes desta República. A V. Exª, os meus parabéns.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Agradeço a participação do Acre neste discurso porque o Acre, também, recebeu, sem dúvida, o influxo daquele grande estadista, Sr. Presidente, que teve na Câmara dos Deputados, como o seu maior adversário, o grande tribuno Carlos

Lacerda, e posso aqui, também, dar um depoimento para a História. Companheiro de Carlos Lacerda de lutas estudantis, desde 1934, assisti aos debates que se travavam entre ele, como líder da UDN, o Partido que fazia uma oposição franca, aberta, ao Presidente, e o PSD, liderado por Abelardo Jurema. Pois bem, Sr. Presidente, anos depois, Carlos Lacerda, numa das idas ao Recife, já não mais gozando das benesses do Poder Público, no ostracismo, me justificava por que havia procurado Juscelino Kubitschek de Oliveira. E eu disse: Carlos, não precisa justificativa, porque o seu talento, a sua acuidade crítica, o seu amor ao Brasil justificam, plenamente, que dois grandes brasileiros se reencontrem.

Por isso, Sr. Presidente, nesta tarde, quando evoco aqui a figura do contemporâneo do futuro, tenho, também, que fazer justiça àqueles que foram seus contemporâneos e que tiveram a sorte de privar, como correligionários ou adversários, do debate, do trabalho, da inteligência desse grande mineiro que é, sem dúvida, um dos maiores brasileiros do Século XX.

**O Sr. Virgílio Távora** — Permite-me V. Ex\* um aparte?

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Com prazer, Senador Virgílio Távora.

**O Sr. Virgílio Távora** — Falou V. Ex\* do estadista, do contemporâneo do futuro. Eu gostaria de dar o depoimento de um seu adversário, que o combateu durante anos seguidos. Falaria sobre o homem de coração aberto, do homem generoso, do homem de rasgos de limites sem par. Estimaria dizer que S. Ex\*, tendo-me como adversário, e prova sobeja possuindo o meu envolvimento em Aragarças, em Jacaré-Acanga, nunca pediu a minha cassação. Passam-se os anos, vem a construção de Brasília, com a criação da NOVACAP, essa epopéia que justamente marca a História do Brasil do século XX. Pela lei, indicado pela Oposição, em lista tríplice, para a direção desse órgão havia o meu nome sido submetido à sua apreciação e ele, a quem tanto havia eu combatido, ele que tanto havia recebido de mim um ataque sem trêgua, não trepidou em me escolher para representar a Oposição na construção da nova Capital.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Lembro-me bem disso.

**O Sr. Virgílio Távora** — E nunca, jamais, em tempo algum, fez a menor solicitação que fosse àquele que estava como o fiscal de um Partido que lutava encarniçadamente contra a idéia da mudança da Capital, nunca se dirigiu a mim alegando qualquer atitude sua, no passado ou à época, para que tivesse eu, tal ou qual voto, dentro das tumultuadas sessões do Conselho de Administração daquela Companhia. Lembro, depois, da sua parte humana, que reputo muitíssimo maior na desgraça, no ostracismo de que quando revestido do poder. Se grande tinha sido sua figura quando dispunha de toda a força deste País, muito maior foi a auréola de glória, a meu ver, na adversidade. Dizia ele que não a cortejava, mas, quando ela vinha, abraçava-a com fervor.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — A participação de V. Ex\* homem público dos mais respeitados, neste País, Senador Virgílio Távora, que foi adversário leal, aberto, de Juscelino Kubitschek de Oliveira, vem, sem dúvida, enriquecer o meu discurso.

**O Sr. Marcondes Gadelha** — Permite V. Ex\* um aparte?

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Com prazer, Senador Marcondes Gadelha.

**O Sr. Marcondes Gadelha** — Nobre Senador Aderbal Jurema, quero também juntar a minha reverência à me-

mória do estadista extraordinário que V. Ex\* cultua neste momento, o espírito fundador do Brasil moderno, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Seriam muitos, nobre Senador, os traços marcantes da personalidade de Juscelino. Mas eu gostaria de ressaltar os que mais me impressionam: o dinamismo e a generosidade. O dinamismo, que fez com que aquele homem promovesse um desenvolvimento com taxas de crescimento da ordem de 10% por ano, durante cinco anos consecutivos dentro de um regime de plena liberdade e de franquia democrática absoluta. A generosidade do homem que não fez do poder e da glória mecanismos para tripudiar sobre os adversários, sobre os vencidos; generosidade, que o faz conceder anistia três dias após os episódios de Aragarças e Jacaré-Acanga. Nobre Senador Aderbal Jurema, acho que Juscelino é, por essas marcas, a própria encarnação da alma da raça brasileira, espírito nobre, aberto, generoso, cordial e vocacionado para o progresso. Esta é a imagem que quero para o meu País de agora por diante, a imagem de um País cordial, aberto à discussão, ao debate, ao dissenso, à discordância, de um País disposto a conquistar o seu lugar no concerto das Nações, não só por conta dos seus recursos minerais, não só por causa do caráter dadivoso da sua natureza, da extensão da sua geografia, mas, também, e sobretudo pelo talento do seu povo e pelo descortino de seus líderes e seus estadistas. Que nós possamos estar um dia à altura da herança, do legado histórico de Juscelino Kubitschek.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Nobre Senador Marcondes Gadelha, dizia Osvaldo Aranha que cada homem carrega sobre os seus ombros a sua geografia.

**O Sr. João Lobo** — Permite V. Ex\* um aparte?

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Um segundo só, enquanto me refiro ao aparte do nobre Senador Marcondes Gadelha.

Nobre Senador Marcondes Gadelha, o mineiro de Diamantina trazia sobre os seus ombros a geografia daqueles que pensaram, um dia, em libertar o Brasil. Ele trazia a geografia de Tiradentes, ele trazia a geografia daqueles admiráveis homens públicos, como José Bonifácio, que lutaram pela independência do Brasil sobranceiramente. Era com essa geografia que Juscelino Kubitschek de Oliveira ascendeu à Presidência da República e se orientou por um liberalismo construtivo, como ainda há pouco assinalou V. Ex\* E nós precisamos, de fato, da inspiração desse grande mineiro de Diamantina, não somente para esta Casa mas para todos os brasileiros de responsabilidade, nesta hora difícil que atravessamos, para que possamos, democraticamente, resolver os nossos problemas.

Ouçó V. Ex\* com muito prazer, nobre Senador João Lobo.

**O Sr. João Lobo** — Ilustre Senador, eu não poderia deixar de me associar a esta homenagem que V. Ex\* tão brilhantemente presta ao grande brasileiro que foi Juscelino Kubitschek. Não tive o privilégio de participar da época em que esses homens atuaram. Sou talvez, de geração mais nova, mas acompanhei, àquela época, já como universitário, o fulgor da atuação destes homens. E naturalmente, como a maioria dos meus colegas, dos meus compatriotas, éramos udenistas, desses udenistas intransigentes, atraídos para o norte magnético da UDN daquele tempo, que era o grande Carlos Lacerda. E nós chegávamos ao absurdo de considerar a palavra daquele grande líder brasileiro como verdade irretorquível. E tão dedicados e tão fanáticos nós éramos, naquela época, pelo grande Carlos Lacerda, que seríamos capazes de votar nele até para "Miss Brasil". E sabíamos, e acompanhávamos aquelas críticas destrutivas, autênticas críticas demolidoras, saídas da palavra vibrante, fulgurante de

Carlos Lacerda à obra de Juscelino Kubitschek. E essa obra, pela obstinação daquele Presidente, continuou reta para ser comprovada pelo futuro, pela História. Aquele homem que tinha apostado no futuro do Brasil, ganhava a aposta, fazendo deste País um País capaz de dar grandes passos no sentido do desenvolvimento. Juscelino Kubitschek tinha, ao nosso ver, naquela época, uma qualidade imortal que era o gosto pelo poder, o gosto e o gozo pelo exercício da política. E dizem os seus colegas, os seus companheiros daquela época que, às horas primeiras da manhã, era possível ouvir as gargalhadas de puro gozo pelo exercício do poder nos palácios que ele ocupava. É com esses homens, da fibra de Juscelino Kubitschek, que se constrói o futuro das nações. Então, eu quero associar a minha solidariedade ao brilhante discurso com que V. Ex\* homenageia o grande brasileiro que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — A homenagem de V. Ex\*, Senador João Lobo, é, sem dúvida, das mais significativas, porque ela é a homenagem do universitário daquela época, que traz para esta Casa aquela atmosfera de debate, de incompreensões, mas sobretudo, de inteligência superior com que recebia as críticas o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Permite-me V. Ex\* um aparte?

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Com muito prazer, nobre Senador Nelson Carneiro.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Quero, inicialmente, esclarecer que, ao falar que uma andorinha só não faz verão, eu não excluí os outros. Ele foi a andorinha que cantou primeiro e os outros o seguiram. Se não houvesse essa andorinha inicial, as outras não caminhariam depois dela. Esta é a intenção do meu aparte, evidentemente com o elogio a todos os construtores de Brasília...

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Aos candangos.

**O Sr. Nelson Carneiro** — ...a todos que aqui viveram e construíram esta grande cidade, aos candangos modestos, aos que até hoje aqui vivem. E porque vivem aqui, não têm se quer o direito de se aposentar porque no dia em que se aposentam, ou morrem, perdem a casa em que habitam, porque nem os apartamentos funcionais podem ser adquiridos. Mas eu queria, principalmente, neste momento, lembrar que Juscelino Kubitschek, com quem convivi como Deputado na mesma bancada e durante muito tempo conversamos sobre coisas que nunca imaginava que tivessem no futuro a projeção que lograram, antes de Governador de Minas Gerais, depois Presidente da República, eu quero lembrar que, afinal, não foi preciso muito tempo para que a Nação toda se unisse para fazer justiça a Juscelino Kubitschek de Oliveira. Os homens públicos têm que sofrer também os azares do ostracismo e do revés, isso ele sofreu com absoluta dignidade. Recordo que anunciada a sua cassação, e antes que ela se concretizasse, fui a única voz que fez um discurso, na Câmara dos Deputados, protestando contra o ato que se ia consumir, com o único aparte do Deputado Martins Rodrigues. E muitos anos depois, nesta Casa, ao recordar a data da instalação de Brasília, houve um ilustre Senador que conseguiu fazer um elogio da cidade sem falar no nome do seu construtor. Eu, Líder de uma Minoria de 7 contra 59, ocupei a tribuna em um minuto para felicitar o orador que seria capaz de escrever o Novo Testamento sem falar em Jesus Cristo. Veja V. Ex\*, Juscelino Kubitschek de Oliveira deixou o poder em 1960. Vinte e quatro anos depois, a Nação inteira, sem divergência nenhuma, presta homenagem àquele homem que saiu desta Casa, depois do discurso de despedida, levado à porta apenas pelo Senador Gilberto Marinho e por este modesto apartante de agora.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Mas, Sr. Presidente, ao concluir o meu discurso, quero levar à sua esposa, à valente mulher brasileira Sarah Kubitschek de Oliveira o nosso abraço evocativo, a nossa solidariedade à sua dor.

A perda de Juscelino Kubitschek; a perda de Bernardo Sayão; a perda de Israel Pinheiro que tanto ajudaram, que foram os seus braços bem longos nesta Capital e na abertura da Belém—Brasília, a todas essas figuras restam apenas usarmos de uma das modalidades descritas por um seu conterrâneo...

**O Sr. Alberto Silva** — V. Ex<sup>a</sup> dá licença para um aparte, nobre Senador?

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Espero que V. Ex<sup>a</sup> seja breve, porque estou sendo advertido pela Mesa que o meu tempo já se esgotou.

**O Sr. Alberto Silva** — É apenas para dizer o seguinte — se me permite o nobre Presidente —, neste bellissimo discurso que V. Ex<sup>a</sup> faz hoje à tarde, mas para dizer que todos nós do Nordeste, neste instante, além de prestarmos uma homenagem ao grande brasileiro que foi Juscelino Kubitschek, muito devemos a ele, e muito mais do que se pode imaginar — e V. Ex<sup>a</sup> é testemunha disso —, desde as estradas até os grandes reservatórios d'água. Mas há um, particularmente, que marca a personalidade de Juscelino, que foi o Açude de Orós. O Açude de Orós é uma obra de engenharia ímpar no mundo. É o único açude construído em arco mas em barragem de terra e não de concreto. E aquela catástrofe, que emocionou o Brasil, em que rebentou o açude, todo o Nordeste ficou desolado porque era o sonho daquela Região e Juscelino Kubitschek mandou recuperar o açude dentro do próprio ano em que ele foi destruído, coisa que ele sabia fazer, como fez Brasília e a indústria automobilística. Por isso, como nordestino, e agradecendo o aparte ao final

do discurso do eminente companheiro, as nossas homenagens ao grande homem e à sua família.

**O SR. ADERBAL JUREMA** — Agradeço a participação do nobre Senador do Piauí no meu discurso.

E concluindo, Sr. Presidente, um conterrâneo de Juscelino Kubitschek, o grande cientista Wilton Rocha, o "cientista da visão", disse recentemente numa conferência na Bahia que os olhos tinham duas grandes funções: uma, de contemplar tudo, a natureza; e a outra, a de chorar. Pois bem, esta função hoje todos nós estamos aqui exercendo, chorando o desaparecimento do grande Presidente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O Sr. Gastão Müller** — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller, que falará como Líder do PMDB.

**O SR. GASTÃO MÜLLER** (PMDB — MT. Como Líder pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes que V. Ex<sup>a</sup> determine a recepção e a posse do novo Senador de Minas, quero ressaltar, em nome do PMDB, que ontem tivemos uma tarde festiva com a divulgação e a edição pública do livro do Senador Almir Pinto.

O Senador Almir Pinto, logo que chegou aqui, começou a mostrar as suas veias de poeta e eu sempre dizia a S. Ex<sup>a</sup>: precisa guardar isso para um dia publicar. E o fato se consumou.

Hoje, temos a história do Senado, de um certo período, através dos versos do Senador Almir Pinto.

Em nome pessoal, em nome do PMDB, congratulo-me com o Ceará e com o Senador Almir Pinto, porque dizem que o homem precisa fazer três coisas: sei que S. Ex<sup>a</sup> é gerador de vários filhos; deve ter plantado muitas árvores em Maranguape e em Fortaleza; e agora gerou, também, o seu próprio livro.

Dou os meus parabéns ao Senador Almir Pinto, em nome pessoal, e em nome do PMDB, porque esse livro vai ser divulgado pelo Brasil e o povo brasileiro poderá saber como funciona, na parte agradável o Congresso Nacional, especialmente no Senado, quando se reúne no Plenário.

Quero assinalar, para terminar, que vejo com muita satisfação o meu ex-Líder da Câmara, ali na tribuna de honra, o eminente ex-Deputado Geraldo Freire, que me liderou muito tempo e que, naturalmente, veio prestigiar a posse do seu conterrâneo.

Meus votos de boas vindas pela presença ilustre de Geraldo Freire, no Plenário do Senado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A Mesa lamenta profundamente, que só agora pôde ver a eminente figura do ex-Deputado Geraldo Freire e o faz com muita satisfação, convidando-o a tomar assento no Plenário, como ex-Parlamentar. (Palmas.)

Srs. Senadores, encontra-se na Casa o Sr. Morvan Aloísio Acayaba de Rezende, suplente convocado da representação do Estado de Minas Gerais, em virtude do afastamento do titular, Senador Murilo Badaró.

S. Ex<sup>a</sup> encaminhou à Mesa o diploma, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o diploma encaminhado à Mesa.

## Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

**O** Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em obediência às disposições da Emenda Constitucional nº 8, de 14 de abril de 1977, regulamentada pelo Decreto Lei nº 1543, de 14 de abril de 1977, confere, como Presidente do Colégio Eleitoral de Minas Gerais, o Diploma de Suplente de Senador do Dr. Morvan Aloísio Acayaba de Rezende, tendo em vista que na eleição de 1º de setembro de 1978 recebeu, como candidato da Arena, 1316 votos, devendo seu mandato iniciar-se em 1º de fevereiro de 1979 e findar-se em 31 de janeiro de 1987.

BELO HORIZONTE, 18 DE DEZEMBRO DE 1978

*Antônio Soares Dias*

Dep. Antônio Soares Dias  
Presidente da Assembleia Legislativa

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Designo Comissão formada pelos Srs. Senadores Nelson Carneiro, Octávio Cardoso, Gastão Müller e Alfredo Campos para introduzir S. Ex<sup>a</sup> em plenário, a fim de prestar o compromisso regimental.

*Acompanhado da Comissão designada, dá entrada em plenário o Sr. Morvan Aloysio Acayaba de Rezende, prestando junto à Mesa o seguinte compromisso regimental:*

**"PROMETO GUARDAR A CONSTITUIÇÃO E AS LEIS DO PAÍS, DESEMPENHAR FIEL E LEALMENTE O MANDATO DE SENADOR QUE O POVO ME CONFERIU E SUSTENTAR A UNIÃO, A INTEGRIDADE E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL."**

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Sr. Morvan Aloysio Acayaba de Rezende que, a partir deste momento, passará a participar dos trabalhos da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

### COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Minas Gerais adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Democrático Social.

Atenciosas saudações, **Morvan Acayaba**

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A comunicação lida vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Senador Jorge Kalume.

**O SR. JORGE KALUME** (PDS — AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não sei se o meu pronunciamento desta tarde tem o sabor saudável dos pronunciamentos curtos ou dos apartes longos, que contribuem para tirar o raciocínio, muitas vezes, dos oradores.

Refiro-me hoje, Sr. Presidente, aos ataques, felizmente raros — como são raros os rebojos nos rios amazônicos, até podemos dizer inofensivos — à figura ímpar de estadista de Paulo Maluf.

Já aprendi há muitos anos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que só se jogam pedras em frutos sazoados. Se Paulo Maluf não tivesse valor, por certo não estaria sendo apedrejado por muitos daqueles que não têm condição de fazê-lo. Uns dizem que se encontra na campanha recebendo dinheiro das arábias, ou dos arábes, mas esquecem que Paulo Maluf e seus familiares têm uma fortuna consistente e robusta, haja vista seu Imposto de Renda que aí está para provar. Já há vários meses S. Ex<sup>a</sup> lançou um desafio: "vamos mostrar nosso Imposto de Renda antes e depois da vida pública". Até hoje, Sr. Presidente, ninguém teve a coragem de ir à televisão mostrar sua declaração do Imposto de Renda.

Paulo Maluf tem seu grande valor, é um obstinado. Se nada tivesse, bastaria esta virtude para engrandecê-lo. Ele é um idealista, é um homem que quer servir à sua Pátria, não precisa do dinheiro da Pátria. Enquanto se fala que Paulo Maluf recebe dinheiro das arábias, não há prova para isto, é apenas uma calúnia que se lança contra S. Ex<sup>a</sup>; os Governadores que fizeram comícios pródiretas, com o apoio de muitos elementos do meu Partido, até hoje não provaram como fizeram essa mobilização. Mobilização não se faz sem dinheiro, Sr. Presi-

dente, que custou milhões, não sei se bilhões aos cofres dos erários estaduais. E não são Governadores do PDS, são Governadores do PMDB, inclusive do eminente candidato que respeito, mas combato, o Dr. Tancredo Neves. É preciso que S. Ex<sup>a</sup> prove como mobilizou o povo de Minas Gerais, ou da sua Capital, para um comício que fez há pouco tempo. É preciso, também, que provem os Srs. Franco Montoro, Leonel Brizola e José Richa — nosso querido e estimado colega desta Casa — como mobilizou o povo e de onde se originou esse dinheiro. Enquanto isso, os habitantes dessas cidades padecem de obras que poderiam ser feitas em seu benefício.

**O Sr. Fábio Lucena** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Jorge Kalume?

**O SR. JORGE KALUME** — Concederei em seguida. Aqui tenho um recorte de jornal que lerei — constato aí que Paulo Maluf é um símile de Abraham Lincoln, porque este nunca desistiu e terminou Presidente da grande democracia americana. Paulo Maluf, Sr. Presidente e Srs. Senadores...

**O Sr. José Fragelli** — Só falta ser pobre como o Abraham Lincoln...

**O SR. JORGE KALUME** — Só falta ser santo; pobre não é, porque já nasceu rico, Excelência, como também o é V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. José Fragelli** — Não, V. Ex<sup>a</sup> está enganado.

**O Sr. Fábio Lucena** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Jorge Kalume?

**O SR. JORGE KALUME** — Concederei em seguida, Ex<sup>a</sup>

S. Ex<sup>a</sup> foi presidente da Associação Comercial de um verdadeiro país, que é o Estado de São Paulo, posteriormente Secretário de Transportes, foi Prefeito da capital, Presidente da Caixa Econômica estadual, terminou Governador. E todos sabem como, contra a vontade de nossos muitos correligionários. E em todos os órgãos por onde passou S. Ex<sup>a</sup> deixou marcada sua presença pelas obras que realizou. Faltou, sim, demagogia, propaganda das obras ali deixadas em benefício do povo paulista. Li há poucos dias e fiquei empolgado, Sr. Presidente, a crônica de um conterrâneo meu, Dr. Aloysio Maia, com o título: "Vitória de Maluf agora o Armagedon" um símbolo da resistência.

A convenção do PDS terminou elegendo o Deputado Paulo Salim Maluf para concorrer pelo partido à sucessão presidencial, no Colégio Eleitoral que estará reunido no próximo mês de janeiro de 1985.

O Ministro Mário Andreazza, derrotado na convenção, apenas declarou que não esperava a vitória de Paulo Maluf, por margem tão elevada de votos e que permanecerá fiel ao PDS, o que causou (a segunda declaração) um sentimento de alegria aos integrantes do partido, pois agora virou moda passar para outra sigla partidária, por qualquer interesse contrariado.

A vitória de Maluf vai gerar o Armagedon.

Soarão todas as trombetas e serão partidos todos os selos, para que o candidato consagrado pela convenção do PDS não chegue ao Palácio do Planalto.

A opinião Pública será mobilizada contra Paulo Maluf, numa guerra sem quartel.

Os políticos tentarão antecipar a convocação do Colégio Eleitoral.

Na Câmara dos Deputados e no Senado, circularão projetos, emendas, atos institucionais e fórmulas de todos os tipos para que Maluf não atinja a Presidência da República.

Nas entidades de classe, serão montadas células, para promoção do "desgaste político" de Maluf.

Toneladas de tinta e papel serão utilizadas para o desgaste de Maluf e promoção para Tancredo, que até janeiro de 1985, terá junto a opinião pública mais prestígio que Tiradentes, Caxias, Rui Barbosa e Pelé.

Maluf será responsabilizado pela dívida externa, pelo desemprego, pela inflação e pela derrota do Brasil, nas Olimpíadas.

A mesma coisa que aconteceu com o saudoso Juscelino: "não vai ganhar na convenção (ganhou), não vai ganhar as eleições (ganhou); não vai tomar posse (tivemos Jacareacanga e outros golpes), tomou; vai desgraçar o País (e terminou Juscelino sendo o maior Presidente que já tivemos).

Daqui pra frente, quem quiser espaço na imprensa bastará agredir Paulo Maluf.

E Maluf, com o carisma que não víamos neste País, desde os tempos de Getúlio, Lacerda, Jânio e Juscelino, vai pulando as barreiras, nesta maratona, onde já tem pendurada no peito, a medalha de prata.

Soou a primeira trombeta.

**O Sr. Fábio Lucena** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JORGE KALUME** — Agora ouvirei V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Fábio Lucena** — Nobre Senador, é compreensível e até digno de aplausos que V. Ex<sup>a</sup> defenda com tanto ardor a candidatura do seu Partido, a candidatura de sua preferência à Presidência da República. Mas, a partir desse ato defensivo, V. Ex<sup>a</sup> fazer assacadiilhas, ofensas, agressões...

**O SR. JORGE KALUME** — Não agredi ninguém, Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Fábio Lucena** — ... cometer vilipêndios contra a dignidade do Dr. Tancredo Neves, isto a Oposição repudia e a Nação o respeita. Eu repto V. Ex<sup>a</sup> a apontar um cisco na vida pública, que se estende por 50 anos, do Dr. Tancredo Neves. Repto V. Ex<sup>a</sup> a indicar um senão que indique, que esponha o Dr. Tancredo Neves à mera desconfiança ou pretensa antipatia do povo brasileiro. Cite, nobre Senador! Em 50 anos de vida pública, a quantos inquéritos administrativos respondeu o Dr. Tancredo Neves? Existe contra ele alguma sindicância em função do Governo de Minas, que S. Ex<sup>a</sup> deixou no dia 14 do mês em curso? Existe a instauração de algum processo-crime, existe alguma sentença judicial? Quem está levantando esta questão, nobre Senador Jorge Kalume, é um Senador que não compareceu à Convenção do PMDB, que não votou em Tancredo Neves, que não o escolheu candidato a Presidente da República, para não macular o meu voto com a escolha infeliz do vexilário do arbítrio e da ditadura, que até pouco tempo presidiu o Partido de V. Ex<sup>a</sup>, que é o Sr. José Sarney. No entanto, nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> compara o Deputado Paulo Maluf ao Presidente Juscelino Kubitschek! Não me refiro a Abraham Lincoln, porque o próprio Alcorão não cogita de heresia. Por isso, não me refiro a Abraham Lincoln. Mas V. Ex<sup>a</sup> comprar Paulo Maluf com Juscelino, nobre Senador, isto, permita-me, é uma pornografia parlamentar.

**O SR. JORGE KALUME** — Creio que heresias é o que V. Ex<sup>a</sup> fez neste momento, Excelência. Talvez V. Ex<sup>a</sup>, habituado a ver as pororocas da nossa região ...

**O Sr. Fábio Lucena** — Nós moramos distante das pororocas, Excelência. O Acre fica a 3 mil léguas das pororocas, Excelência.

**O SR. JORGE KALUME** — ... esteja usando o mesmo ímpeto desse fenômeno das águas daquela região. Não maculei Tancredo Neves, Excelência. V. Ex<sup>a</sup> fugiu ao debate. Apenas disse que, como Governador do PMDB, como é Franco Montoro...

**O Sr. Fábio Lucena** — V. Ex<sup>a</sup> alegou que Tancredo Neves gastou dinheiro...

**O SR. JORGE KALUME** — Eu não disse que ele gastou dinheiro, Ex<sup>a</sup> Não desvie o assunto.

**O Sr. Fábio Lucena** — V. Ex<sup>a</sup> declarou que Franco Montoro gastou dinheiro, que os Governadores do PMDB gastaram dinheiro.

**O SR. JORGE KALUME** — Eu perguntei onde foram buscar dinheiro para mobilizar o povo. Não disse que ele gastou dinheiro.

**O Sr. Fábio Lucena** — Está dizendo pior, está dizendo que os Governadores do PMDB embolsaram dinheiro.

**O SR. JORGE KALUME** — Que traga a explicação para o Brasil, o Brasil precisa saber da verdade.

**O Sr. Fábio Lucena** — O Brasil precisa saber de outras coisas, Ex<sup>a</sup>

**O SR. JORGE KALUME** — Já sabe de tudo.

**O Sr. Fábio Lucena** — Graças a Deus!

**O SR. JORGE KALUME** — Paulo Maluf foi substituído não só por um adversário político, mas por um inimigo. Diga-me, Excelência, o que foi encontrado na sua administração, que viesse contribuir para qualquer processo? Diga-me? O homem que nesta Casa defendia a liberdade mandou invadir o terreno da respeitável mãe de Paulo Maluf, que é um brasileiro tão ilustre quanto os mais ilustres que existem neste País.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Fábio Lucena** — Nobre Senador Jorge Kalume, eu pediria permissão a V. Ex<sup>a</sup> e ao nobre Senador Moacyr Duarte.

**O SR. JORGE KALUME** — Agora, eu ouvirei o nobre Senador Moacyr Duarte, representante do Rio Grande do Norte. V. Ex<sup>a</sup> vai me perdoar.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Não era minha intenção, Sr. Senador Jorge Kalume, interromper a intervenção do eminente representante do Estado do Amazonas, Senador Fábio Lucena, mas quero ter a oportunidade de, participando do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, declarar apenas que as ofensas, as verrinas, os apodos, as aleivosias que são jogadas permanentemente sobre a pessoa do candidato oficial do nosso Partido à Presidência da República não chegam, sequer, a salpicá-lo. É triste, Sr. Senador, é profundamente lamentável que alguns críticos, comentaristas ou analistas dos fatos políticos e da vida pública brasileira queiram e tentem fazer ainda hoje, nos tempos novos que estamos vivendo, dentro da nova mentalidade que pretendemos criar e cristalizar, é profundamente lamentável que alguns analistas e alguns críticos ainda teimem em querer fazer da honra alheia uma hipótese.

**O SR. JORGE KALUME** — V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Incorporo com muito prazer e alegria as palavras sensatas, de justiça, que V. Ex<sup>a</sup> pronunciou neste momento acerca do candidato Paulo Maluf.

Devo dizer-lhes os Presidentes mais atacados, devo dizer a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Moacyr Duarte, foram os maiores deste País, haja vista o que aconteceu com Campos Sales, impopular antes e depois e que foi candidato contra a vontade de Prudente de Moraes. O que aconteceu com Arthur Bernardes, grande mineiro, atacado antes e depois, até com cartas apócrifas. E o que aconteceu com Juscelino Kubitschek, que há poucos momentos homenageávamos, homem apedrejado antes e depois e só com a sua morte brutal teve a gratidão do País, do povo brasileiro. Haja vista que João Figueiredo, num gesto que o dimensiona como estadista, reconheceu os grandes

feitos do seu então adversário político, ajudando a construir o Memorial onde está perenizada a sua grande obra. Aliás, a sua grande obra está perenizada no cérebro de cada brasileiro, do seu tempo, de hoje, de amanhã e do futuro. Brasília é um marco inapagável da sua grande obra. Foi Brasília que contribuiu para integrar este gigante que é o Brasil.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JORGE KALUME** — Ouço V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Benedito Ferreira** — Nobre Senador Jorge Kalume, percebemos o passionalismo, a emoção com que homens, muitas vezes equilibrados, deixam-se levar nesse caudal com que, lamentavelmente, e de modo particular, as esquerdas vêm conduzindo no Brasil o problema da sucessão presidencial em face da candidatura Paulo Maluf, em face da competência política de Paulo Maluf.

**O Sr. Pedro Simon** — Isso é velho, é um jargão velho e repetir de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla. Fazendo soar a campainha) — O orador está apartando, V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Benedito Ferreira** — O que não fica bem é um velho parlamentar, que não foi chamado à lide, acabar de atestar aquilo que eu estou tentando dizer. Veja V. Ex<sup>a</sup> como o fato está colocado em termos passionais que já não se tem mais cautela com o Regimento. Aparteia-se, agride-se até fora do microfone, como se fosse impossível S. Ex<sup>a</sup> o Senador Pedro Simon, levantar o seu microfone e pedir um aparte. Mas caracterizou bem aquilo que eu procurava demonstrar, o passionalismo. Mas o passionalismo por quê? Porque na realidade Paulo Maluf não é aquilo, talvez, que as esquerdas desejam para o Brasil. E aí, aqueles que não são de esquerda, lamentavelmente, estão engajados no mesmo caldal. Eles querem um homem morno, não querem um homem, como a Bíblia exigiu, quente ou frio. E a realidade é esta: Paulo Maluf é um homem definido, é um homem que sabe o que quer e sabe o que tem que ser feito para acabar com a demagogia eleitoreira do Brasil. Daí o desespero dos nossos adversários. Sabem que ele é do ramo, que ele é político. Sabem o que se fez neste Brasil. O País estava com 6.000 km de estradas asfaltadas, e agora está com 100.000 km. Ao mesmo tempo, procedeu-se à abertura política. Eu vou repetir aqui, eu gosto muito de ser repetitivo, principalmente para aqueles que não gostam de ouvir, os maus ouvintes. Dificilmente, quem é mau ouvinte pode discernir bem. Daí porque é bom ser repetitivo. Neste País ganhava-se eleição, até 1964, na base da mentira da pedra fundamental, da demagogia eleitoreira da pedra fundamental. Pois bem, fez-se a Revolução de 64, impediu-se que este País caminhasse para o abismo comunista, mas fez-se muito mais, pois transformou-se este País num canteiro de obras, este País que vivia com lamparinas. É só olharmos as estatísticas de importação de querosene. O querosene era um dos maiores pesos na balança de importação brasileira. Tínhamos 3.500.000 quilowatts de energia elétrica instalada neste País. Mas isto Paulo Maluf fez em São Paulo em 3 anos, na administração dele. Ironicamente, mais 3.500.000 quilowatts. Mas, ele fez mais do que isso. Ele fez todas as boas e grandes estradas que existem em São Paulo; ele fez todos os elevados que existem dentro da Capital de São Paulo. E se ele precisasse de um atestado de honestidade, que ele não precisa, ele o teria dado por esse Governo que se instalou lá em São Paulo, que não foi igual ao instalado em Minas, porque realmente lá está um correligionário do Sr. Tancredo Neves; logo aquilo que preocupou o Senador Fábio Lucena não poderia ocorrer...

**O SR. JORGE KALUME** — Passou de irmão para irmão!

**O Sr. Benedito Ferreira** — ...seria o fim do mundo. Mas, a verdade é que esse Governo que está em São Paulo, sem fazer coisa nenhuma, a única coisa que ele conseguiu fazer nesse ano e meio de Governo foi caçar um erro, caçar um pecado na administração Paulo Maluf e não o encontrar. Logo, precisasse ele desse atestado de honestidade, que nós dispensamos, porque ele, realmente, não precisa dele, ele foi passado pelos seus adversários, como bem colocou V. Ex<sup>a</sup>, mais do que adversários, inimigos. Então, quando Paulo Maluf consegue através da sua capacidade de convencer, através da sua capacidade política de discutir, ser um homem sem ódio, ser um homem sem ranço, convencer um adversário de ontem, ele está aliciando. Mas, aqueles que traem o seu partido para votar ou prometer votar no adversário parecem que estão cometendo um ato de heroísmo. Agora, isso não é aéctico, isso não é imoral. Trair já não é mais imoral, porque, desde que vai votar na Oposição, não é imoral traír o seu partido. E é nisso que está apostando a Oposição, porque ela sabe que perdeu as eleições em 1982. Nós ganhamos o Colégio Eleitoral em 1982. Agora, apostar na traição, fomentar a traição, estimular a traição, isto é imoral. Eis aí pois, nobre Senador Jorge Kalume, as minhas congratulações pela sua posição firme e coerente; vamos com calma, porque não é o alarido dos nossos adversários que nos vai intimidar...

**O Sr. Gastão Müller** — Quem está fazendo alarido é V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Benedito Ferreira** — Vejo, agora, mais uma vez, o nobre Senador Gastão Müller, respondendo pela liderança do PMDB, tendo um comportamento que não lhe assenta bem, sobretudo, na posição de Líder, porque está apartando a mim, que estou dando o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Veja que até o contrabando, o descaminho está sendo utilizado pelo desespero da Oposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado, nobre Senador.

**O SR. JORGE KALUME** — Gostaria de contar com a benevolência de V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Benedito Ferreira** — Eu só gostaria que a Mesa fosse condescendente e deixasse, pelo menos, que eu agradecesse a paciência do orador de quem roubei tão grande espaço, mas não me contive, eu precisava expender o meu pensamento. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jorge Kalume.

**O Sr. Gastão Müller** — Senador Jorge Kalume, o Presidente tem...

**O SR. JORGE KALUME** — Eu gostaria de responder ao aparte...

**O Sr. Gastão Müller** — Em nome da Liderança do PMDB pediria dois minutos.

**O SR. JORGE KALUME** — Gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador, Benedito Ferreira; que Paulo Maluf pertencendo ao PDS não disputou eleição sozinho, foi lutar contra outro companheiro, como outro companheiro lutou contra ele. Mostrou mais uma vez competência, talento e probidade.

**O Sr. Pedro Simon** — Concordo com os dois primeiros, mas o terceiro é exagero.

**O SR. JORGE KALUME** — V. Ex<sup>a</sup> é quem o diz, mas ninguém até hoje provou que S. Ex<sup>a</sup> o nobre Deputado Paulo Maluf não tenha caráter e que não goze de probidade ou da atenção do povo brasileiro, da estima do povo brasileiro, quero dizer.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JORGE KALUME** — E agora eu me refiro a V. Ex<sup>a</sup> anteontem, num excesso, como se fosse um minuano, dizia — e fiquei triste, nobre colega, pessoa que tanto estimo — para desgraça da Nação. Será que Paulo Maluf é desgraça da Nação? Um homem que tem prestado tantos e relevantes serviços ao Brasil, aos seus semelhantes? Mas felizmente, na hora em que eu deveria responder a V. Ex<sup>a</sup>, o nobre rio-grandense, esse bravo Senador Octávio Cardoso, deu resposta a V. Ex<sup>a</sup>, com toda a educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Nobre Senador Jorge Kalume, a Mesa faz um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, para que conclua, porque agora não entramos na Ordem do Dia e ainda há dois oradores inscritos.

**O SR. JORGE KALUME** — Mais um minuto, peço a V. Ex<sup>a</sup>. Dizia um pensador que "os piores escravos são aqueles que estão servindo constantemente às suas paixões." É isso que se vê hoje, aqui, contra Paulo Maluf. Deveria haver mais respeito. Combatido sim, sempre o foi, mas sempre triunfante e vencedor.

**O Sr. Gastão Müller** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JORGE KALUME** — Nobre Presidente, eu apelar a V. Ex<sup>a</sup> para que tivesse um pouco mais de condescendência conosco, porque o assunto, efetivamente, é palpitante.

**O Sr. Gastão Müller** — Senador Jorge Kalume, duas coisas. Se a situação do eminente e prezado amigo Deputado Paulo Maluf é tão boa, tão formidável, por que V. Ex<sup>a</sup> não concorda e o Partido não concorda com a eleição direta? Aí não haverá a traição aqui tão falada. Vamos para a eleição direta. O PDS aprova, hoje o Partido PDS praticamente é PPS, Partido do Paulo Salim, de modo que é só o eminente Deputado Paulo Maluf concordar que eu tenho certeza de que nós partiríamos para a eleição direta. Então vamos ver o que o povo brasileiro decide. Porque uma vez, aqui, o eminente Senador, meu caro amigo Benedito Ferreira disse: Nós não vamos tirar o cinto para que batam em nós. Quer dizer, já admitia a derrota por antecipação do PDS, numa eleição direta. Será que mudou de opinião? De modo que nós vamos fazer novamente um apelo: aceitem que se reforme a Constituição e vamos concorrer.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Já ganhamos eleição em 82, Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla. Fazendo soar a campanha.) — Peço ao nobre orador que conclua.

**O SR. JORGE KALUME** — O Presidente já me chama a atenção.

**O Sr. Gastão Müller** — Só para terminar. E concordando com V. Ex<sup>a</sup>, com restrições, naturalmente, mas que o Paulo Maluf é um notável candidato à Presidência da República, isso nos anima muito. Porque é muito fácil nós irmos ao canavial e quebrarmos um pé de cana, mas vamos derrotar uma arceira, que é o Paulo Maluf para V. Ex<sup>a</sup>. É muito mais interessante para Tancredo Neves vencer um candidato dessa categoria que V. Ex<sup>a</sup> enaltece do que vencer um fraco candidato, de modo que o PMDB está de parabéns, vai vencer, na direta ou na indireta, um grande candidato a Presidente da República.

**O SR. JORGE KALUME** — Concorde. Efetivamente, não é só um grande, é um gigante candidato. E mais: vou agora esclarecer a incoerência de alguns elementos do partido de V. Ex<sup>a</sup>, porque V. Ex<sup>a</sup> já foi do nosso Partido. Primeiro: sempre advogou, o Partido de V. Ex<sup>a</sup>, o diálogo, e houve um monólogo agora: candidato único

na Convenção; segundo: V. Ex<sup>a</sup> advoga a eleição direta e estão partindo para as indiretas.

**O Sr. Gastão Müller** — Por que não deixam fazer a direta?

**O SR. JORGE KALUME** — Então, que não entrassem no pleito. (Risos.) É o que muitos do Partido de V. Ex<sup>a</sup> estão fazendo, já que discordam. Essa sim seria uma atitude patriótica e coerente, Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Gastão Müller** — Permita-me, primeiro, defender aqui a minha posição.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla. Fazendo soar a campanha.) — Solicito aos Srs. Senadores que não mais dêem apartes. V. Ex<sup>a</sup>, Senador Gastão Müller, já requereu inscrição para falar pela Liderança, mas em primeiro lugar falará o nobre Senador Octávio Cardoso, que já estava inscrito.

**O Sr. Gastão Müller** — Apenas um segundo. Eu nunca fui do PDS, mas da ARENA. A ARENA foi dissolvida. Fundaram outro Partido, e eu não era obrigado a ficar no sucedâneo da ARENA. Fui até o fim da ARENA, até o último dia.

**O SR. JORGE KALUME** — Inegavelmente, V. Ex<sup>a</sup> é um grande tribuno e um grande advogado. Ouço o aparte do nobre colega, Senador Moacyr Duarte.

**O Sr. Moacyr Duarte** — Nobre Senador Jorge Kalume, o Colégio Eleitoral, acimado de espúrio e de ilegítimo, foi há poucos dias, inclusive, legitimado pela própria Oposição, quando subscreveu a sua regulamentação. Está sendo legitimado, também, quando admite e inscreve um candidato para participar e para concorrer à preferência da manifestação desse Colégio malsinado e espúrio. Mas nós, nobre Senador Jorge Kalume, devemos nos inspirar na sabedoria do Eclesiastes, quando diz que para tudo há o seu tempo. Há o tempo de plantar e de colher; há o tempo de rir e de chorar; há o tempo de trabalhar e de repousar; há o tempo de dormir e de acordar; e há o tempo, também, de se jogar pedras em Paulo Maluf, quando haverá o tempo também de exaltá-lo, o que muitos que o acusam, hoje, o farão no dia próximo de amanhã.

**O SR. JORGE KALUME** — Muito obrigado. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> o que já dizia Carlyle, que "a imaginação é a maior porta que se abre para o céu e também para o inferno, quando há má condução do raciocínio ou do pensamento". Agora eu vejo aqui, Ex<sup>a</sup>s, no jornal: "Promessa por Ministérios faz Brizola cair em tentação". E a história se repete. Não há nada de novo sob o Sol. Já Tancredo Neves, o candidato — vamos dizer — monólogo do PMDB, já oferece ministério para que Brizola o apóie na Convenção do Colégio Eleitoral de 15 de janeiro; já oferecendo um Ministério, quando aqui nesta Casa, há poucos dias, ouvimos comentários, porque alguém teria pensado — pensado, não oferecido — um Ministério ao Governador cearense Dr. Luiz Gonzaga Motta. E o próprio Luiz Gonzaga passou telegrama a S. Ex<sup>a</sup> o Dr. Paulo Maluf — a imprensa publicou isso, lamentavelmente não tenho em mãos — cumprimentando-o pela admirável vitória na Convenção do último dia 11 de agosto.

Onde está a coerência desse jovem Governador? Quer sim, também, através da calúnia, se projetar no cenário nacional, talvez como um dos presidencialíveis, já fazendo frente a outros do PDS, que já estão tentando ser o vindouro ou o futuro Presidente da República, depois de Paulo Maluf.

Sr. Presidente, encerro com os meus agradecimentos a V. Ex<sup>a</sup>, com minhas desculpas pelos excessos que porventura tenha cometido, na certeza de que Paulo Maluf será Presidente da República porque o Colégio Eleitoral assim o deseja. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao eminente Líder, Senador Octávio Cardoso.

*O SR. OCTÁVIO CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR. SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, destinada à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1984.

*COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:*  
Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — João Castelo — Carlos Alberto — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Viana — Amaral Peixoto — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Fernando Henrique Cardoso — Henrique Santillo — Mauro Borges — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Jorge Bornhausen.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

— de Segurança Nacional; e

— de Finanças.

Em votação o projeto em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

**O Sr. Gastão Müller** — Peço verificação da votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Vai-se proceder à verificação solicitada. (Pausa.)

Sendo evidente a falta de número, a Presidência irá suspender a sessão por alguns minutos e fará acionar as campanhas, a fim de que os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes dirijam-se ao plenário, se assim o entenderem.

(Suspensa às 17 horas e 05 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 15 minutos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Está reaberta a sessão. Persistindo a falta de quorum, a Presidência se dispensa de proceder a verificação requerida.

Em consequência, as demais matérias da pauta, itens 2 a 9, constituída dos Projetos de Lei da Câmara nºs 10/81, 44/81, 53/77 e 65/79; Requerimentos nºs 784/83, 168/84 e 169/84 e Projeto de Lei da Câmara nº 79/79, todos em fase de votação, deixam de ser submetidos a votos, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PMDB—RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Os Ministérios do Trabalho e da Previdência Social se configuram nas duas Pastas mais árduas do atual Governo, endereço preferido das reclamações da classe trabalhadora que neles enxerga os responsáveis diretos pela manutenção do poder aquisitivo dos salários e pelo atendimento médico e hospitalar, com o Ministério da Saúde dedicado à tarefa sanitária preventiva.

Na alentada correspondência que recebemos, de todos os pontos do País, há, realmente, preponderância, no que tange às reclamações dos trabalhadores, das reclamações contra o desempenho daquelas duas secretarias de Estado, citados ou não os nomes dos seus titulares.

Nos dois últimos anos, o reclamo mais insistente se refere à correção salarial, que continua inferior aos níveis inflacionários, embora feita semestralmente e apesar da promessa, mais recente, proveniente de setores do BNH, no sentido de que, a partir do próximo ano, a devolução do poder aquisitivo dos salários será superior ao aumento do custo de vida, que comanda os índices inflacionários. A segunda reclamação mais grave refere-se à situação dos aposentados da Previdência Social, que continuam passando à inatividade com proventos inferiores aos auferidos na ativa, muitos deles recebendo menos de um salário mínimo por mês.

Recebemos, em julho último, ampla correspondência, convenientemente documentada, de Eduardo C. Baptista, residente em Del Castilho, no Rio de Janeiro, referindo-se ao direito de opção dos segurados da Previdência Social, quanto ao internamento hospitalar. Atualmente, se o segurado opta por um quarto particular, os médicos — anestesistas, cirurgiões ou clínicos — podem cobrar, pelo atendimento, uma determinada importância, praticamente pago o serviço pelo contribuinte.

Alega o informante que as enfermarias dos estabelecimentos conveniados parecem autênticas pocilgas, que não justificam o pagamento de diárias nem de cotas extras.

A terceira reclamação mais constante — incluída nessa correspondência — se refere ao aumento das contribuições, inclusive para os aposentados.

Ao veicular estas reclamações, cumpre-nos isentar de qualquer responsabilidade o ilustre Ministro Jarbas Passarinho, que vem lutando para vencer o déficit crônico da Previdência Social. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Moacyr Dalla.

**O SR. MOACYR DALLA** (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com grata satisfação e incontido júbilo, faço registrar, nos Anais do Congresso Nacional, o significativo transcurso, no dia 22 de agosto corrente, da data magna do calendário colatinense que, neste ano, comemora o sexagésimo terceiro aniversário da emancipação político-administrativa do Município.

A particular emoção de que somos tomados, deve-se não à honrosa condição de filho do próspero Município de Colatina, orgulhoso e envaidecido de poder assinalar a marca de mais um ano de luta e realizações, que se soma ao glorioso passado forjado por gerações e gerações de audazes e destemidos ancestrais, mais, sobretudo, deve-se ao magnífico exemplo da alta civilidade e apurado sentido comunitário de que sua História, ao longo dessas memoráveis décadas, é lição singular, de preciosas e inauditas manifestações.

Despontando a cada dia mais no cenário econômico capixaba, temos hoje a quase totalidade de seus mil e oitocentos e setenta e cinco quilômetros quadrados voltados para a atividade agropecuária, onde, somente a cultura de lavouras básicas como o café, milho, arroz e tomate renderam à economia, em 1982, a soma de Cr\$ 3.975.420.000,00 (três bilhões, novecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte cruzeiros).

Colatina vem, ainda, progressivamente, se afirmando como pólo industrial ao norte do Estado, tendo cadastrado, no último censo, 155 estabelecimentos entre diversos ramos de atividade, desde vestuário e mobiliário até o de produtos alimentares. A arrecadação, àquele ano, no setor industrial, alcançou o montante de Cr\$ 4.234.458.000,00 (quatro bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil cruzeiros).

Caminhando a largos passos no irreversível sentido do progresso e do aperfeiçoamento sócio-cultural, Colatina ainda assim preserva e mantém vigorosos os signos de nossa tradição histórica, sempre presentes no convívio gentil e hospitaleiro de nossa população simples, ordeira e trabalhadora, amante fiel dos valores regionais, observadora atenta dos princípios morais e espirituais que formam a cidadania capixaba.

Dedicamos aos conterrâneos amigos, ao ensejo das festivas comemorações, especial mensagem de fé e esperança no que cada um de nós, partícipes da hora presente, podemos contribuir para a grandeza de Colatina. Sob a égide e a inspiração do patriótico compromisso de servir ao Município, estaremos garantindo a consolidação de sua liderança no contexto produtivo regional.

Congratulamo-nos, na oportunidade, com a Administração Municipal de Colatina e com suas expressivas lideranças político-representativas, ao tempo em que, assegurando ao trabalhador e ao empresário colatinenses, à mulher e à juventude, nossa profunda admiração pelo significativo papel que desempenham junto à laboriosa e progressista sociedade colatinense, conclamamos a permanecermos unidos em torno da firme determinação da defesa dos ideais democráticos da Justiça, Liberdade e Paz social.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Albano Franco.

**O SR. ALBANO FRANCO** (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, minha crença no desenvolvimento econômico e social da Nação, fundamenta-se no espírito empreendedor do empresariado e na vitalidade do povo brasileiro. Os desafios e as incertezas ampliam a capacidade de luta e o poder de realização de associação do capital e do trabalho com a finalidade de criar melhores condições de vida.

Um exemplo vivo dessa conjugação de forças, direcionada para sobrepujar todas as grandes dificuldades encontradas ao longo do caminho para o progresso é a entrada em operação da fábrica de Alumínio do Consórcio de Alumar, em São Luiz do Maranhão.

A sua localização, a par das vantagens inerentes ao próprio empreendimento, revela a disposição para investir nas regiões mais carentes de capital e representa um marco importante para o desenvolvimento da Região Nordeste, possibilitando ao estado do Maranhão tornar-se um dinâmico pólo de desenvolvimento industrial cujos efeitos serão certamente irradiados a todo eixo Norte/Nordeste.

No campo da metalurgia dos não-ferrosos trata-se do maior investimento privado realizado no Brasil, representando cerca de US\$ 1,5 bilhão, visando a produção de 500 mil toneladas/ano de alumina e 100 mil toneladas/ano de alumínio primário em sua primeira etapa.

Desta produção, 50% destinam-se ao mercado externo, o que representará um reforço adicional superior a US\$ 80 milhões, em nossa receita de exportação, constituindo portanto mais um esforço para ultrapassar a séria crise externa com que convivemos e cujos efeitos interiorizados se fazem sentir no grave momento de nossa realidade econômica. Esses números refletem a importância do empreendimento liderado, pelos senhores Alain Belda e Abel Carparelli, no plano nacional, e a confiança dos investidores na economia brasileira.

No plano regional, a ALUMAR representa a reafirmação do Maranhão também em sua vocação industrial e a criação imediata de 1.400 empregos diretos e pelo menos 5.000 indiretos, com efeitos correlatos de arrecadação estadual e municipal.

É sabido, Srs., que o Brasil deverá inscrever-se no plano mundial como grande produtor e fornecedor de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, e a ALUMAR é mais um importante degrau nesta escalada.

A concretização desse gigantesco complexo mineral determinará sem dúvida alguma mais uma contribuição ao deslançar das Regiões Norte/Nordeste na trilha do desenvolvimento econômico e social, e o exemplo que tenho a honra de registrar, revela a disposição de empresários e trabalhadores dessas Regiões em retribuir o apoio dispensado, com frutos de harmonia social e produção, indispensáveis aos alicerces de uma grande Nação.

Desta maneira, Srs. Senadores, companheiros nesta Casa, na qualidade de parlamentar e Presidente da Confederação Nacional da Indústria, não posso me furtar em manifestar meu orgulho de brasileiro diante de tão majestoso empreendimento. A hora que vivemos é grave e de apreensões diversas e fatos como este nos fazem acreditar que a superação das dificuldades presentes dependem tão-somente de tenacidade e esforço para vencê-las.

Acreditemos pois no futuro de nosso País, pois ele está, entre outros tantos, nas mãos de empreendedores como os que idealizaram e implantaram a ALUMAR. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Dias.

**O SR. ÁLVARO DIAS** (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como antecipáramos em pedido de informações que fizemos no ano passado no Senado sobre o desvio de recursos do Fundo Nacional de Telecomunicações, o Brasil está diante de uma verdadeira guerra em torno de sua autonomia econômica, tecnológica e política no campo da Informática. Até longe da atenção pública, setores do governo e da indústria firmaram nestes últimos anos, uma sólida base para o desenvolvimento da pesquisa, da industrialização e da implantação de sistemas informáticos em nosso País.

Enquanto isto, a nível das grandes potências industriais, trava-se uma acirrada luta por posições hegemônicas nesta área, em escala mundial. E não se trata apenas de ganhar espaços de mercado com produtos comuns, como se pode equivocadamente pensar. Mais que o "desafio americano" que assustou os europeus no início dos anos sessenta, ou o "desafio japonês" que colocou a economia americana em cheque, o domínio do complexo da informática é uma questão fundamental para a economia do século XXI. E mais do que isto, é o campo de decisões sobre as estruturas políticas mundiais e nacionais que vigorarão no futuro próximo.

A informatização dos principais processos econômicos e sociais insere-se no que tem sido chamado de "High Technology" e que será um dos fulcros da ordem econômico-política mundial. O Brasil, por suas dimen-

sões, por sua posição histórica e pelas suas aspirações de desenvolvimento, é um dos alvos desta disputa. E não pode ficar numa posição passiva. Nem tem ficado. Tem procurado, firmemente, assumir-se como sujeito livre e autodeterminado no que isto representa como área-chave de suas aspirações a liberar-se da dependência econômica e tecnológica em que foi lançado.

Por isso, não se trata apenas de discutir quanto e como deve o Brasil desenvolver sua capacidade de produção e as linhas de atuação de sua economia na indústria eletrônica e de materiais ligados à micro-eletrônica. Vão mais longe as preocupações dos setores mais responsáveis da política nacional. A informática é também uma área de produção e de técnicas produtivas; mas antes disso é uma área em que as decisões têm a ver com o suporte tecnológico e organizacional de vastos setores da economia e da vida social. Tem sido destacada a sua ampla utilização nas telecomunicações, por exemplo; mas aí só transparece o que está ligado à facilitação técnica das comunicações por telefone ou vídeo. E poucas vezes se acentua a importância política do controle das telecomunicações, a importância política de ter a sociedade meios de comunicação livres e democráticos.

Mas vai mais longe. Há pouco surgiu um livro tão importante como pouco divulgado, a respeito da "informatização da sociedade". Ele prova que, cada vez mais, as decisões em todos os níveis são fundadas em informações sistematizadas. Cada vez mais os atos da administração pública e privada dependem de complexos de informações. Cada vez mais a própria vigência de instituições democráticas passa pelo uso democrático e consciencioso da informação, em todos os setores da vida social.

Por isso a luta internacional, entre países, entre corporações empresariais e financeiras é tão acirrada. E é também por isso que a autonomia nacional em matéria de informática é tão importante. Pois quem dominar a tecnologia do microprocessador, a tecnologia complicadíssima da aplicação em incontáveis setores, destes dispositivos, a tecnologia de uso dos sistemas informatizados, dominará também boa parte das decisões econômicas e políticas globais.

Já tivemos oportunidade de denunciar, da tribuna do Senado e em contatos com a imprensa, que, por trás das negociações da dívida externa, mobilizam-se interesses empresariais e políticos de enorme poder. A vulnerabilidade financeira do Brasil ensina a estas empresas e grupos políticos realizar pressões no sentido de internacionalizarmos áreas de extrema importância, como a produção de alimentos, a exploração de minerais estratégicos, o sistema financeiro e bancário e, notadamente, a área de informática. Não são de hoje estas pressões e manobras. Lembremo-nos de conflitos que não tiveram estas implicações tão claramente mostradas: a luta pela autonomia de empresas nacionais nos ramos de áudio, de micro-computadores, de equipamentos para telecomunicações e controle de processos e produtos. Em todos os momentos, esteve presente e, em alguns casos vitoriosa, a pressão desnacionalizante.

Em contrapartida, os grupos internacionais de pressão têm usado argumentos falaciosos e, como sempre, escudados em afirmações pseudo-nacionalistas. Um deles, muito freqüente nos pronunciamentos do Senador Roberto Campos e de alguns empresários dependentes de suporte multinacional, é o de que se trata de "estatização incompetente" que pode "isolar o Brasil do progresso tecnológico mundial". Nada mais falacioso. Como em muitas outras questões, países em desenvolvimento só alcançam algum avanço em áreas de alto risco, com a decidida atuação governamental. Seja entrando diretamente na produção, seja estabelecendo normas e políticas de garantia do progresso nacional. O que importa discutir aí não é a presença em si do Estado na atividade

econômico-social. Interessa sim, saber se esta ação do Estado é conduzida democraticamente e em consonância com os mais altos interesses nacionais; e não como mero monopólio burocrático ou para favorecer grupos privilegiados.

O Senador Roberto Campos, ainda, como epígono das correntes desnacionalizadoras — aliás como tem sido sempre em sua trajetória no governo e na empresa privada — alega também que se está diante de uma política estatizante, apoiada por uma estranha aliança entre a direita militarista (ou "militocrática", em sua expressão) e a esquerda. Nada mais falso. Acontece que, pela própria complexidade da matéria, sua compreensão e domínio são mais acentuadamente encontradas em círculos técnicos de alto nível, em setores políticos mais atentos às perspectivas globais e futuras do desenvolvimento e em segmentos empresariais diretamente ligados ao assunto. Neste último caso, como seria de se esperar, predominam personagens ligados justamente às grandes multinacionais que entraram cedo no setor. Mas ainda assim há empresários autônomos nacionais; pequenos como os fabricantes de componentes e de micro-empresas surgidas do seio da pesquisa universitária, ou grandes como os do Sistema ITAÚ que têm clara noção dos interesses nacionais. Entre os militares, a fonte principal de surgimento de especialistas no assunto, tem sido o ITA, a EMBRAER, o Instituto Militar de Engenharia, que exatamente pelas suas naturais preocupações com os aspectos de soberania e de legítima segurança nacional, perceberam pioneiramente a importância de nossa autonomia tecnológica e científica e empresarial nestes campos. E naturalmente, é entre os setores mais progressistas e avançados, intelectualmente, dos partidos políticos de oposição, que despontam parlamentares e líderes engajados na soberania nacional deste fundamental complexo técnico-econômico e político.

Outro argumento matreiro, é o de que não deveria se dar papel destacado à Secretaria Especial de Informática — ou seja, a um órgão diretamente ligado ao Presidente da República — na formulação e coordenação da política nacional de informática. Alegam que isto acentua o caráter monopolístico da ação governamental e lhe confere "ranço burocrático". Ora, sem precisarmos lembrar que, em termos de organização e de captação de talentos, a SEI é um dos órgãos mais modernos e ágeis do Governo, iríamos pelo caminho contrário. A quem os setores contrários desejam entregar esta função? Atualmente, ao Ministério das Comunicações. Ora, mas este Ministério tem a sua frente justamente (e não por surpresa) um dos mais notórios parceiros do Senador Roberto Campos, comungando com as tendências políticas e empresariais mais evidentemente vinculadas às corporações multinacionais que desejam abiscoitar esta parcela da soberania nacional. Todos conhecem as posições do engenheiro e Ministro Haroldo Correia de Matos. Todos sabem que ele foi colocado ali principalmente para barrar as políticas nacionalistas implantadas pelo Ministro Quandt de Oliveira no campo das comunicações sociais e das telecomunicações em geral; e no que este Ministério tinha a ver com os estímulos à implantação de empresas nacionais de equipamentos e componentes micro-eletrônicos.

Não é só a reserva de mercado que aterroriza a estes defensores das multinacionais. E acima de tudo, o próprio fato de o Brasil procurar assegurar-se uma Política Nacional de Informática, coerente com seus interesses nacionais, com a preservação da soberania nacional e com uma verdadeira liberdade de criação e de desenvolvimento de tecnologias próprias neste campo. É o fato de o Brasil ousar exercitar a sua liberdade de pesquisa e produção, desvencilhando-se da submissão aos ditames das multinacionais e, vejam bem, dos governos de outros países.

E os aterroriza ainda mais a possibilidade de o Brasil se tornar auto-suficiente em algumas áreas e pouco dependente em outras, no campo da utilização da informática. Não interessa somente produzir essas maquininhas fantásticas. Mais vital ainda é saber usá-las e, note-se, saber onde é melhor usá-las da melhor e mais eficiente maneira. A isto se chama de política de "software". E é exatamente onde se fazem, nos países mais desenvolvidos, as fortunas maiores e mais rápidas. E é exatamente aí que o talento brasileiro tem avançado. E por ter avançado é preciso protegê-lo da pirataria que se alastra pelo mundo. O registro e o controle do uso do talento nacional incorporado ao "software" criado no Brasil, torna-se uma das maiores questões neste assunto. De um lado é inquestionável a necessidade de impedir que ele seja contrabandeado ou indevidamente utilizado. E de outro é imprescindível que o "soft" que possa ser gerado no Brasil não sofra uma predatória barragem de similares estrangeiros, pelos quais se pagaria caro, tornando inviável seu desenvolvimento autônomo.

Por estas e por outras razões, torna-se urgente a aprovação do projeto da Presidência da República com as emendas que estão sendo apresentadas pelo PMDB para aperfeiçoá-lo. A delonga favorece os poderosíssimos "lobbies" que já estão atuando no Congresso e no seio do Executivo, visando a fazer passar uma legislação substitutiva dócil e entreguista, impatriótica e retrógrada. Quando menos, pode-se ter um bom indicador das posições em torno deste tema, quando se vê que o Sr. Paulo Salim Maluf está contra a Mensagem do Governo. Os brasileiros já se acostumaram a tê-lo como sinalizador: onde ele está boa coisa não há! (Muito bem!)

**OSR. PRESIDENTE (Almir Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

**O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT)**. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não há dúvida que o povo brasileiro representado pelos Srs. Vereadores, por exemplo, não se conforma com a situação vigente no Brasil, ou seja, não lhe ser permitido escolher livremente o futuro Presidente da República.

Ainda, há pouco, Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebo comunicação da Câmara Municipal de São José dos Campos comunicando que numa data já estabelecida, os nobres Srs. Vereadores daquela cidade paulista se reuniram para outorgar o título de *persona non grata* a todos os Deputados Federais que não aprovaram a Emenda Dante de Oliveira que previa a eleição "Direta Já" do futuro Presidente da República.

Sinto-me honrado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo convite para que esteja presente a tão significativo acontecimento. Agradeço e faço votos que o povo brasileiro em 1986, pelo voto dos seus eleitores, expresse esse repúdio preconizado pelos Vereadores de São José dos Campos.

Assim se expressam os nobres Vereadores daquela cidade paulista, através do Sr. Presidente, Vereador Bergamo Pedrosa:

"O compromisso assumido pelos parlamentares na defesa intransigente dos anseios populares permanece, como permanece a vontade nacional de se ver livre do pesadelo que a domina há anos. Pensouse que, no último dia 25 de abril, o grito de liberdade ecoaria firme, mas pela decisão anti-patriótica de alguns, esse histórico momento não surgiu no horizonte nacional e não se devolveu aos brasileiros o que lhe é devido por direito.

A sessão que esta Câmara Municipal realizará será uma forma de repelir a atitude dos parlamentares que se mostraram receosos de ombrear-se à vontade nacional e, nada mais justo que lhes destinar o Título de *PERSONA NON GRATA*, expressando as-

sim o desejo de milhões de brasileiros que lamentaram a desonrosa atitude adotada."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como afirmei há poucos dias desta tribuna, infelizmente a eleição para Presidente será indireta. Lutaremos até o fim, mas se continuar a intransigência do PDS e do outro Partido em gestão, ou seja, o Partido do presidente Paulo Maluf, não se chegaria a atingir o objetivo, isto é, eleição direta. Mas na Presidência, Tancredo, como ele se manifestou, no discurso de despedida do Governo de Minas Gerais, a sua eleição pela via indireta será a última que se realizará no Brasil.

Não haverá mais possibilidade de destinar o título de *persona non grata* por esse motivo no Brasil, ou seja, votar e aplaudir eleição por via indireta. (Muito bem!)

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Lomanto Júnior.

**O SR. LOMANTO JÚNIOR (PDS — BA.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Recebi o livro de poemas *Ensaio Geral*, do poeta mineiro Olavo Drumond. Mineiro de Araxá, ocupando altos postos tanto no Legislativo, como no Executivo e Judiciário, Olavo Drumond é, antes de tudo, um poeta "trazendo lirismo nas veias e uma grande ternura nas lavras do coração" (Paulo Bomfim).

É autor de dois livros. Em 1976, com prefácio do Presidente Juscelino Kubitschek, publicou seu primeiro livro *Noite do Tempo*. Do autor, disse o Presidente Juscelino: "um poeta que surge com fulgor de uma luz sem tempo e sem limite". E, agora, com a preciosa coletânea de versos no *Ensaio Geral*.

Registro este fato, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque quando recebo o livro do poeta Olavo Drumond, transcorre hoje o oitavo aniversário da trágica morte do Presidente Juscelino Kubitschek.

"Árvore humana  
De raízes de aço  
Tombada  
Sob chuvas de lágrimas,  
Decepada  
Na floração maior  
De um reinado de amor..."

E o poeta Olavo Drumond, em seu *Ensaio Geral*, em três poemas canta a vida, o ideal e a memória do grande JK, que, quanto mais o tempo passa, sua memória e lembrança se entranham no coração e na saudade do povo Brasileiro.

Grande homem, o Presidente Juscelino. Grandes os tempos em que viveu. Homem marcando seu tempo, apesar de todas as dificuldades quando o País emergia para a industrialização, marcou seu tempo de otimismo. O brasileiro no tempo de JK viveu, e exultava porque vivia.

"Plantinha eras,  
No velho chão mineiro.  
Crescente nos palmos da capistrana  
Entre rezas e serenatas.  
Ganhaste os olhos de Deus,  
Em galhos de obstinação  
E ternura  
Refrescando  
O deserto de um país  
Sem frondes,  
Sem copas.  
Fizeste o teu povo  
Respirar altivo  
A clorofila da riqueza.  
O País ganhou a sagrada  
Seiva do desenvolvimento  
E descansou as aflições  
À sombra da paz."

Só com essa pincelada de sua personalidade, a vida e os exemplos do grande estadista Juscelino Kubitschek, é uma lição para os momentos que estamos vivendo. É preciso executar a lição que ele nos legou e que urgentemente o País tem que cultivar: o otimismo. O otimismo de voltar ao povo e ao País.

"Os teus ramos benditos  
Saudaram a música  
De tua gente  
Festejaram a arte  
Na epopéia dos Sonhadores  
Que moraram  
Nos terreiros de tua infância.

Foste, ó árvore divina,  
Geratriz da energia,  
Motriz de navios.  
Dos nossos devaneios navais.  
De tuas sementes  
Nasceram carros e estradas  
Para unir, fisicamente,  
Um povo que se amava  
Pela telepatia da esperança.  
Foste um paradoxo  
Entre cidades que plantaram árvores:  
Vieste árvore  
Para plantar  
A cidade-máter  
No coração do teu País".

O teu vegetal humano  
Criou o mineral siderúrgico  
Multiplicando os veios  
Do petróleo nosso.  
E, mais que tudo,  
Árvore milagrosa,  
Fizeste germinar  
Nos territórios frios  
Das almas incoloras  
O exemplo afetuoso  
Da bondade e do perdão."

No dia 22 de agosto de 1976, na Via Dutra, num desastre automobilístico, morreu o Presidente JK. A infame notícia correu pelo País, compungindo a alma do povo brasileiro.

"Tombaste, árvore amiga,  
Quando a primavera  
Do teu coração  
Contagiava de amor  
A vocação do teu país."

A morte do Presidente Kubitschek cavou um grande vácuo na vida política do País. E por quê? Porque a trajetória política do Presidente Juscelino foi uma trajetória de êxito. E nada mais feliz que o dizer do poeta Olavo Drumond:

"Chegaste ao alto,  
Nem cansado, nem marcado  
Senão pelas medalhas  
Invisíveis do teu êxito."

A determinação do Presidente JK era sacudir o Brasil de seu marasmo e seu provincianismo e faz-lo ombrear com as nações desenvolvidas. E sua predestinação era seu lugar na história que hoje, tão cedo já ocupa, sendo a visibilidade de sua glória o seu panteon, Memorial JK.

"Verdes, eternamente verdes,  
As tuas folhas descansam  
No campo da Esperança  
Agaçalhando o teu tronco impávido  
Que sofreu sorrindo  
E morreu florindo.

Tornou-se em cruz  
A madeira de tua alma,  
Mas a tua presença  
Não se diluirá no tempo:  
Será História da História,  
Capítulo maior  
De uma Nação descomplexada  
Que, entre glórias e fulgor,  
Cultuárá,  
Na saudade,  
Majestade  
Do seu grande  
Descobridor."

Deus o mandou em setembro, diz o poeta. Setembro de 1900.

E ele veio e determinado tomou o rumo do País em suas mãos e, através da política, "arte do bem e do sofrimento", traçou os primeiros contornos de uma face diferente e renovada. E ditou para nós e para o mundo, "o quadro de um novo Brasil".

"Juscelino foi o  
Triunfo de uma geração,  
Redenção de um País..."

Faz oito anos que ele morreu, provocando uma lacuna no País. Que liderança abrangente, cheia de bondade, de esperança e de otimismo! E como a história é justa, ei-lo, após oito anos de morto, cada vez mais vivo e mais presente à Nação e a seu povo.

Juscelino nos faz muita falta. Faz muita falta a nosso Brasil. E quando o relembramos no oitavo aniversário de sua morte, termino esta homenagem com os versos do poeta Olavo Drumond:

"Oremos por ele,  
Por nós,  
Pela Nação,  
Bendizando a Deus  
Por te-lo trazido  
E chorado por ter sido,  
Tão cedo,  
Levado de nosso convívio."

Homens como Juscelino se constituem em símbolo para a Pátria e exemplo para as gerações. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto)** — O Sr. Senador Itamar Franco encaminhou à Mesa requerimento de informações. Nos termos do inciso VI do Art. 239 do Regimento Interno, o requerimento será examinado pela Presidência.

**O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto)** — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão extraordinária de 18 horas e 30 minutos, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1984 (nº 2.115/83, na casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECERES ORAIS, FAVORÁVEIS, proferidos em plenário, das comissões:  
— de Serviço Público Civil, e  
— de Finanças.

**O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 15 minutos.)

# Ata da 128ª Sessão, em 23 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

## — EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Srs. Moacyr Dalla e Almir Pinto

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Claudionor Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

### REQUERIMENTO Nº 177, DE 1984

Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea "b" do Regimento Interno, para a Mensagem nº 139, de 1984, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES), possa realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 215.487.653,87 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos).

Sala das Sessões, 23 de agosto de 1984. — **Gastão Müller**, Líder do PMDB — **Octávio Cardoso**, Líder do PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — O Requerimento lido será objeto de deliberação após a Ordem do Dia nos termos regimentais.

Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 22 de agosto de 1984

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a V. Exª, de acordo com o disposto do artigo 43, alínea "a", do Regimento Interno, que me ausentarei dos trabalhos da Casa a partir do dia 26 de agosto para breve viagem à República da Argentina onde participarei do 20º Congresso de Indústrias Latino-Americanas a realizar-se em Buenos Aires no período de 26 a 31 do corrente ano.

Atenciosas Saudações, — **Albano Franco**.

Brasília, 16 de agosto de 1984

Senhor Presidente:

Comunico a V. Excelência, para os fins regimentais, que, escolhido candidato a Vice-Presidente da República, em Convenção do PMDB, realizada a 12 do corrente, na forma do que me faculta o § único, do artigo 10 da Lei Complementar nº 15, filiei-me, nesta data, a esse Partido.

Cordialmente. — **José Sarney**.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — As comunicações lidas vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Passa-se à **ORDEM DO DIA**

Discussão, em segundo turno, do projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1984 (nº 2.115/83, na casa de origem), de iniciativa do senhor presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos na secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, e dá outras providências, tendo **PARECERES ORAIS, FAVORÁVEIS**, proferidos em plenário, das comissões:

— **De Serviço Público Civil; e**

— **De Finanças.**

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão extraordinária do dia 16 último, tendo sido aprovada em primeiro turno.

Em discussão o projeto, em segundo turno. (Pausa.) Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Nos termos do inciso II do art. 322 do regimento interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo nominal.

Tendo havido entretanto, acordo entre as lideranças, a matéria foi aprovada, em primeiro turno, simbolicamente. Assim, em consonância com aquela decisão, a presidência irá submeter o projeto ao plenário, em segundo turno, pelo mesmo processo.

Em votação o projeto, em segundo turno.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 1984**  
(Nº 2.115/83, na Casa de origem)

De Iniciativa do Senhor Presidente da República

**Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, do Quadro Permanente do Tribunal Superior do Trabalho, código TST — DAS — 100, 17 (dezessete) cargos em comissão de Assessor de Ministro, código TST — DAS — 102.

Art. 2º Os cargos a que se refere o artigo anterior terão correspondência com a escala de níveis de que trata o Anexo II do Decreto-lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981, na forma prevista pelo art. 2º do Decreto-lei nº 1.620, de 10 de março de 1978.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora à apreciação do Requerimento nº 177, lido no Expediente, de urgência, para a Mensagem nº 139, de 1984.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Requerimento, passa-se à apreciação da matéria, que foi despachada às Comissões de Economia, de Constituição e Justiça e de Municípios.

Solicito ao nobre Sr. Senador Fábio Lucena, o parecer da Comissão de Economia.

**O SR. FÁBIO LUCENA** (PMDB—AM. Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 139/84, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal, pleito da Prefeitura Municipal de Guarapari (ES), que objetiva contratar, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, a seguinte operação de crédito:

**A — Valor:** Cr\$ 215.487.653,87 (correspondente a 19.333,20 ORTN de Cr\$ 11.145,99 em maio/84);

**B — Prazos:**

1 — de carência: 12 meses;

2 — de amortização: 48 meses;

**C — Encargos:**

1 — juros de 6% a.a.;

2 — correção monetária: 80% do índice de variação das ORTN;

**D — Garantia:** vinculação das quotas do Fundo de Participação dos Municípios — FPM;

**E — Destinação dos recursos:** Aquisição de equipamento para coleta e destinação final do lixo.

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se pelo encaminhamento do pedido, por entendê-lo viável dos pontos de vista técnico, econômico e financeiro, não devendo os seus encargos gerar maiores pressões na execução orçamentária dos próximos exercícios.

No mérito, a aquisição de equipamentos para coleta e destinação final de lixo se enquadra em casos análogos que têm merecimento a acolhida da Casa, até mesmo porque se trata de financiamento com recursos do FAS, que tem alta taxa de retorno, do ponto de vista social.

Assim sendo, opinamos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1984.**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES) a elevar em Cr\$ 215.487.653,87 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º a Prefeitura Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 215.487.653,87 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos), correspondente a 19.333,20 ORTN, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 11.145,99 (onze mil, cento e quarenta e cinco cruzeiros e noventa e nove centavos) vigente em maio de 1984, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal esta na qualidade gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à aquisição de equipamento para coleta e destinação final do lixo do município; obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) —** A Comissão de Economia conclui seu parecer pela apresentação do Projeto de Resolução nº 47, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES) a elevar em Cr\$ 215.487.653,87 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada (dependendo de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Municípios).

Concedo a palavra ao nobre Senhor Senador Almir Pinto para proferir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

**O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Para emitir parecer) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O presente Projeto de Resolução, da Comissão de Economia do Senado Federal, como conclusão de seu Parecer sobre a Mensagem nº 139/84, do Senhor Presidente da República, autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES) a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 215.487.653,87 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos), destinado a financiar equipamento para coleta de lixo, naquele Município.

O pedido foi formulado nos termos do preceituado no artigo 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, implicando, por conseguinte, a não observância dos limites fixados no artigo 2º da Resolução número 62, de 1975, também do Senado Federal.

Assim, verifica-se que a proposição foi elaborada consoante as prescrições legais e regimentais aplicáveis à espécie, merecendo, por isso, o nosso encaminhamento favorável, no que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) —** Solicito ao nobre Senador Passos Pôrto o parecer da Comissão de Municípios.

**O SR. PASSOS PÓRTO (PDS — SE. Para emitir parecer) —** Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A matéria sob a nossa apreciação objetiva autorizar a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES), nos termos do

que estabelece o art. 2º da Resolução nº 93, de 1976, do Senado Federal, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 215.487.653,87 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos) destinada a financiar a aquisição de equipamentos para coleta e destinação final de lixo, naquele município.

A proposição mereceu acolhida da Comissão de Constituição e Justiça, que a julgou conforme as prescrições legais pertinentes ao assunto.

Nos aspectos que competem a este Órgão Técnico examinar, entendemos que o pleito deva ser atendido nos termos do proposto pela Comissão de Economia da Casa, visto que a operação de crédito a ser autorizada se enquadra nas normas operacionais do FAS, e tem grande repercussão social para o município em questão.

É o parecer.

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) —** Os pareceres são favoráveis. Completada a instrução da matéria, passa-se à

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 47, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES) a elevar em Cr\$ 215.487.653,87, o montante de sua dívida consolidada.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em Votação

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) —** Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

**PARECER Nº 398, DE 1984**

**Da Comissão de Redação**

**Redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1984.**

**Relator: Senador Saldanha Derzi**

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1984, que autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapari (ES) a elevar em Cr\$ 215.487.653,87 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos) montante de sua dívida interna consolidada.

Sala das comissões, 23 de agosto de 1984. — João Lobo Presidente Saldanha Derzi Relator José Lins

**ANEXO AO PARECER Nº 398, DE 1984**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1984.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição e eu, Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO Nº , DE 1984**

**Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 215.487.653,87 (duzentos e quinze milhões quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos).**

O Senado Federal resolve:

Art.1º É a Prefeitura a Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, nos termos do art. 2º da Reso-

lução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 215.487.653,87 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil e seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta e sete centavos) correspondente a 19.333,20 ORTNs, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 11.145,99 (onze mil, cento e quarenta e cinco cruzeiros e noventa e nove centavos), vigente em maio de 1984, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à aquisição de equipamentos para coleta e destinação final do lixo do Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) —** Achando-se em regime de urgência a proposição cuja redação final acaba de ser lida, deverá ser esta submetida à apreciação do Plenário.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O projeto vai à promulgação.

**O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) —** Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Moacyr Dalla.

**O SR. MOACYR DALLA (PDS — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) —** Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Em nome dos eminentes membros da Alta Câmara deste Poder da República e no meu próprio, congratulamo-nos com Sua Excelência o Presidente João Figueiredo pela nobre decisão, que também distingue esta Casa do Legislativo, de indicar a pessoa do ilustre Senador Murilo Badaró para imediata assunção ao cargo de Ministro de Estado da Indústria e do Comércio.

Cumprido-me, na oportunidade, assegurar ao Excelentíssimo Chefe da Nação a expressão do nosso mais autêntico reconhecimento, ao compartilhar, com a classe política, as responsabilidades da Administração Pública, em setores dos mais essenciais à economia do País.

Louvamos, entusiasticamente, a sensibilidade e o des-cortino com que se houve o mais alto dignatário do País ao prover tão importante cargo, conduzindo-se com acerto e equilíbrio, não obstante a delicadeza dos fatos que compõem o agitado cenário da vida pública nacional, na atualidade.

Vivência a nacionalidade, na hora presente, sob intensa expectativa, o desenrolar de significativos momentos desta marcante etapa da evolução política, econômica e social da História Republicana.

Cabe-nos ressaltar, à luz das evidências, o exato significado de tão precioso conagração das forças que mais se aglutinam e acentuam a transferência vital de apoio em favor da permanente e sadia relação interpodere-s.

Sente-se esta Casa profundamente honrada pela especial deferência da convocação de um de seus mais atuantes e notáveis representantes, cujo extenso e denodado exercício de brilhante carreira pública, em diversos setores de atividade, asseguram, no desempenho da nova missão, a experiência, o discernimento e a proficiência político-administrativa que a natureza do cargo exige.

Convencidos estamos da valiosa colaboração que Sua Excelência o Senador Murilo Badaró será capaz de emprestar ao Poder Executivo, fazendo elevar ainda mais alto a imagem da Instituição Parlamentar a que sempre serviu com magnânimo espírito público e apurado sentimento cívico.

Ambos os Poderes podem e devem sentir-se reciprocamente orgulhosos e fortalecidos, e a Nação conseqüentemente engrandecida.

São as nossas palavras. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte:

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 1984

(Em regime de urgência — art. 371, "c", do Regimento Interno)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a manutenção da correção automática semestral dos salários, de acordo com o INPC e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983, tendo

**PARECERES ORAIS**, favoráveis proferidos em Plenário, das Comissões:

- de Constituição e Justiça;
- de Legislação Social; e
- de Finanças.

(Dependendo de Pareceres das Comissões sobre a Emenda nº 1, de Plenário)

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1981 (nº 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 971 e 972, de 1981, das Comissões:

- de Segurança Nacional; e
- de Finanças.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 1981 (nº 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 354 e 355, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Finanças.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1981 (nº 587/79, na Casa de origem), que veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

**PARECERES**, sob nºs 186 e 187, de 1983, das Comissões:

- de Economia, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernardino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e
- de Finanças, favorável.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1977 (nº 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contra-

tos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Educação e Cultura.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1979 (nº 4.257/77, na Casa de origem, que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

**PARECERES**, sob nºs 335 e 336, de 1980 e 635 a 637, de 1981, das Comissões:

— de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;

— de Finanças, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário; e

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda do Plenário.

7

Votação, em turno único, do Requerimento nº 784, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos dos arts. 75, c, 76 e 77, do Regimento Interno, a criação de uma comissão especial mista, composta de 11 (onze) senadores e 11 (onze) deputados, para no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com a colaboração das entidades mais representativas da sociedade civil, discutir e apresentar soluções para a crise econômico-financeira do País.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Economia)

8

Votação, em turno único, do Requerimento nº 168, de 1984, de autoria dos Senadores Humberto Lucena e Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para a Mensagem nº 248, de 1982, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires (SP), possa contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 52.217.541,95 (cinquenta e dois milhões, duzentos e dezessete mil, quinhentos e quarenta e um cruzeiros e noventa e cinco centavos).

9

Votação, em turno único, do Requerimento nº 169, de 1984, de autoria dos Senadores Humberto Lucena e Nelson Carneiro, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para a Mensagem nº 249, de 1982, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D' Oeste (SP), possa contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 30.516.357,59 (trinta milhões, quinhentos e dezessete mil trezentos e cinquenta e sete cruzeiros e cinquenta e nove centavos).

10

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1979 (nº 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, tendo

**PARECERES**, sob nºs 692 e 693, de 1982, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta; e

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

**O SR. PRESIDENTE** (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MAURO BORGES NA SESSÃO DE 21-8-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. MAURO BORGES** (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A atual motivação que domina esta Casa e todo o Congresso, de um modo geral, é eminentemente política, como de resto domina quase toda a opinião pública do nosso País.

Entretanto, um assunto da maior gravidade e que interessará ao futuro da natureza em nosso País me leva a ocupar esta tribuna pela segunda vez.

No ano passado pronunciei um discurso sobre a construção de uma estrada atravessando a Ilha do Bananal. Houve protestos generalizados no País. Inclusive, os índios chegaram a se postar na região da estrada para impedir a sua execução. Ela não foi feita. Este ano, segundo informações que tenho, as máquinas estão colocadas na região onde a estrada terá o seu início e deve cortar a Ilha do Bananal no sentido leste-oeste.

Sr. Presidente, para que se possa compreender o grau da incorreção, da inconveniência dessa estrada, é preciso que se diga, embora todos já saibam, o que é a Ilha do Bananal: a maior ilha fluvial do mundo, um verdadeiro sacrário da natureza. Lá, ainda, apesar das intromissões do branco, conserva-se, talvez, o maior conjunto da vida silvestre do País e, também, de exemplares botânicos. A ilha é absolutamente plana e rasa, sujeita a grandes inundações. Essa estrada, para evitar exatamente as inundações, deve ser de grade muito elevado, variando, muitas vezes, até a 8 metros de altura. Ela representará, por si mesma, uma verdadeira barragem na Ilha do Bananal, provocando mudanças profundas na ecologia desta ilha, com reflexos danosos ao mundo animal e ao mundo vegetal.

Há alguns anos atrás, foi feito nessa ilha o Parque Nacional do Araguaia, justamente com a intenção, louvável do Governo, de proteger e impedir que se destruísse esse relicário da natureza que lá existe. Este parque não só protege a fauna e a flora, mas, também, protege o índio, os remanescentes da gloriosa tribo dos Carajás e dos Xerentes, que ainda se refugiam na Ilha do Bananal. Portanto, ela tem uma importância extraordinária para preservar não só a natureza como o nosso passado indígena. Já não digo o presente, porque restam tão poucos representantes dos Carajás e dos Xerentes.

A rodovia vai beneficiar, certamente, a economia da região, sobretudo do outro lado do Mato Grosso, as usinas de álcool que se instalam naquela região, mas, esta estrada poderia passar pela ponta norte da ilha, desbordando a ponta norte, ou a ponta sul, de maneira que evitasse a travessia da própria ilha. Mas estes cuidados não ocorreram, e o Governo incide num crime, num pecado, porque o próprio regulamento dos parques nacionais proíbe terminantemente a construção de estradas nesses locais destinados aos parques nacionais.

Portanto, além das inconveniências de toda ordem, contra a natureza, contra o turismo, existe a imposição legal. Mas nada disso vale, o Governo passou por cima de tudo, autorizou e deu verbas para a construção dessa estrada, que se chama TRANSARAGUAIA.

Sr. Presidente, na verdade, o meu protesto não é solitário. Todas as sociedades ecológicas de Goiás, e muitas do próprio Brasil, todo o clamor da população, toda a opinião da Igreja, sobretudo através da palavra do grande Bispo Casaldáliga, são contrárias à construção dessa es-

trada que vai ser, realmente, o fim desse santuário da natureza, que é a ilha do Bananal.

Fiz um discurso sobre o assunto e peço a V. Ex.<sup>a</sup> que mande incorporá-lo a esse breve prefácio que acabo de fazer e, também, um estudo sobre a Geomorfologia, a Geologia, o regime potâmico e lacustre, a fauna aquática e terrestre da ilha do Bananal, feito pelo grande naturalista e escritor goiano Carmo Bernardes.

Estas palavras, Sr. Presidente e Srs. Senadores, têm o intuito de registrar, aqui, o solene protesto de um representante do povo goiano contra mais esse crime que se faz contra o futuro da natureza do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAURO BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Em nosso País, inexistiu uma filosofia em defesa dos recursos naturais que, a bem da verdade, constituem os sustentáculos de uma vida organizada e sadia.

É verdadeiramente inacreditável a forma desdenhosa com que importantes áreas governamentais tratam dos problemas ecológicos, sem se preocupar quando forem, a fundo, valiosas mananciais, que são exauridos, quando não convertidos em foco pestilências.

E não me refiro, agora, às conhecidas violências contra a Natureza que são praticadas à beira das nossas cidades Populosas, contaminando os recursos de suas proximidades, como os rios, lagos, lagoas e outras fontes, outrora viçosas e generosas. Nem tenho em mente citar fábricas ou alguns desses engenhos que se localizam à margem de rios, antes puros e piscosos, atualmente mortos e focos de irradiações deletérias; miasmas, como os que estão presentes no ar de cidades industriais — onde até a certo tempo se podia respirar ar puro.

Não! Senhor Presidente. Venho, neste dia, referir-me a uma séria ameaça contra um santuário da nossa fauna e flora, ameaçado de destruição. Entendemos que chega de tantos ataques contra a Natureza. É necessário, de imediato, mudarmos de mentalidade e iniciarmos, de Pronto, a tomar providências não para destruir o que de valioso existe, mas para Preservarmos, enquanto é tempo, o que ainda possuímos.

É o que está para acontecer na Ilha do Bananal. Aquele local de rara beleza e rico em vegetação, animais e peixes encontra-se ameaçado em todos os seus ecossistemas, ante a iminência de ser cortado por uma rodovia — a chamada TRANSARAGUAIA.

Evidentemente, não somos contra nenhuma rodovia naquilo que puder oferecer de contribuição para o bem-estar geral dos seus usuários, ou dos benefícios que trazem na circulação de riquezas. Temos que aplaudir todo projeto dessa ordem, que seja realmente procedido de um acurado estudo das condições de realização e dos benefícios que pode levar.

No caso, porém, não se encontra presentes estes pressupostos. Pelo contrário, as razões demonstradoras de sua inconveniência são tão fortes, que não há o que justifique sua implantação, sem abrir as portas para extinção dos recursos naturais da reserva indígena ali existente.

Os índios Carajás vêm se levantando em protesto contra a construção dessa estrada, usando dos meios ao seu dispor. Estes meios são sempre fracos, ante a intrasigência das autoridades no prosseguimento das obras, às vezes acusando os índios de haver "alguém por detrás deles", como diz o Jornal *O Popular*, de Goiânia, de 14-8-83:

"O delegado do IBDF — é o Delegado do IBDF, em Goiânia, Coronel Danilo Cunha Melo — deixou transparecer que acredita haver alguém por detrás dessa resistência (dos índios) à construção da estrada, insuflando os índios. Seriam Políticos — prossegue — e líderes de outros segmentos da sociedade

que estariam manobrando os silvícolas." E finalizou afirmando que: "...Com a chegada das máquinas ao local essa resistência poderá deixar de existir."

#### É assim que se trata uma reação natural dos indígenas, COM MÁQUINAS!

Isso não deve nem pode ser encaminhado dessa maneira. E, pelo que estou informado, as máquinas já estão prontas para entrarem em ação...

Há que se planejar seriamente, conversar com os nativos e arranjar-se uma fórmula capaz de evitar os estragos que se poderiam causar à Ilha. Os índios não fazem mais do que defender o seu *habitat*, lutar pela própria sobrevivência. Lá vivem em paz. Querem preservar esta paz. É esse mesmo Delegado do IBDF que reconhece, faça-se justiça, o extermínio das muitas espécies da fauna silvestre e aquática de Goiás, com a matança de animais silvestre que prossegue em grande escala e, no seu dizer, que "está sendo exercida por uma máfia que é impossível de ser combatida".

Imagine-se, agora, Senhores Senadores, como ficará aquela região, exposta à sanha devastadora dessa "máfia", a que o IBDF declara não estar em condições de combater e eliminar! A "máfia" terá a seu dispor e para sua comodidade a existência de uma estrada que corta toda a ilha, facilitando grandemente o exercício de suas sinistras atividades. Não é possível que as nossas autoridades fiquem insensíveis a isto!

O IBDF, todos o sabemos, não tem um quadro de servidores em número suficiente para evitar a matança indiscriminada de animais na Ilha do Bananal e outras como a do Pantanal Mato-grossense. São áreas extensas, e os caçadores estão dotados de armas modernas, além de, via de regra, serem profundos conhecedores dos locais, onde lhes é possível obter bom rendimento em exemplares abatidos, facilitando o seu esconderijo e movimentação. A matança de animais silvestres, notadamente a do jacaré, é um exemplo que prossegue af à vista de todos, sem que o Governo consiga detê-la.

A Ilha do Bananal de há muito vem conhecendo ação predatória nos seus ecossistemas. O Parque Nacional do Araguaia, criado há 24 anos; sofre de depredação causada por pescadores e caçadores clandestinos, além da destruição de terras para a pecuária destinada à exportação de carne. São os fazendeiros que lá se assentaram numa atividade e um intercâmbio contraditórios com as características ecológicas do local.

E o Bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, em depoimento prestado na Comissão do Índio, na Câmara dos Deputados, em 18-10-83, deplora a implantação desta estrada, afirmando a certa altura de sua fala:

"É convicção dos mais antigos moradores da Ilha do Bananal, sejam índios, sertanejos ou fazendeiros, que a estrada denominada Transaraguaia é inviável. (...) Sinto-me assim autorizado a dizer que os índios, assim como os técnicos que sobre o assunto já se expressaram, acham que a Ilha do Bananal, situada no leito do Rio Araguaia, não comporta uma estrada, que, na região norte teria oitenta quilômetros, com aterros de até seis ou sete metros. Tenho uma experiência de quinze anos naquela região, e o próprio São Félix já foi alagado por sucessivas enchentes. Portanto, é convicção unânime dos moradores da ilha que a estrada é inviável. Técnicas modernas, adquiridas na Europa ou no Brasil, têm construído obras monumentais, mas devo lembrar que a Ilha do Bananal é uma região toda plana, e ali a mínima barragem retém e devolve as águas. Um nível maior de enchente na Ilha do Bananal significaria alagar as aldeias e cidades ribeirinhas. Portanto, tais obras não devem ser iniciadas, a não ser que se queira acabar, de uma vez por todas, com São Félix do Araguaia."

Melhor não poderia dizer D. Pedro Casaldáliga. Além do dispêndio despropositado do investimento, a obra tem contra si as dificuldades naturais do terreno. Sem contar na oposição dos índios, que, no dizer do cacique Javaé, da aldeia Boto Velho, na referida comissão, "estão com medo da atuação dos brancos", atuação esta feita à força — sem ouvi-los, portanto.

Não pretendo entrar no mérito, se esta pretendida rodovia viria ou não em apoio ao Projeto Carajás, como se supõe. Acredito que não, porque a região norte de Mato Grosso está fora da área desse projeto.

Concordo plenamente com D. Pedro Casaldáliga quando ele defende o asfaltamento da estrada do Calcáreo, já existente e por onde trafegam veículos, inclusive pesados, beneficiando a região Norte de Goiás, desde Nova Xavantina até a divisa com o Pará, passando por grandes fazendas. Se esta rodovia fosse terminada e asfaltada, certamente favorecerá uma imensa redução de despesas com a construção de 80 quilômetros de aterro de até sete metros, numa área de leito de rio.

A Ilha do Bananal, Srs. Senadores, é um tesouro da Natureza. De há muito pensava-se no Brasil em preservá-la da devastação e ataques. Rebouças, já em 1886, propunha a sua transformação em parque nacional, o que foi efetivado 83 anos depois, em 31 de dezembro de 1959, quando Juscelino Kubitschek criou o Parque Nacional do Araguaia, compreendendo toda a ilha, com cerca de 2.000.000 de hectares. Mais tarde, em 1971, reduzia-se para 460.000 hectares, situando-se ao norte da ilha, ficando a parte sul como reserva indígena, cujas linhas limítrofes até hoje não foram perfeitamente traçadas pelo IBDF e a FUNAI.

Os posseiros que invadiram o Parque ali desenvolveram a pecuária, num total hoje estimado de 20.000 cabeças de gado, e provocando indesejáveis alterações nos ecossistemas ali predominantes, ameaçando a sua continuação como elemento preservador da sua riquíssima natureza.

Os ecossistemas existentes são os de comunidade características de campos limpos, várzeas inundáveis, cerrados e cerradões, matas ciliares, áreas de floresta amazônica. Os últimos redutos, diga-se, de matas pluviais dignas de menção, existentes na ilha, acham-se dentro do Parque.

Além de uma flora significativa, mas ainda mal conhecida, releva-se a fauna rica em espécies. No dizer de Maria Tereza Jorge Pádua e Ademar F. Coimbra Filho, em trabalho realizado para o Instituto de Cooperação Iberoamericana:

"Encontram-se no Parque tanto animais tipicamente amazônicos como espécies pertencentes a outros ecossistemas, principalmente nas variadas tipologias de cerrado, onde se destaca a grande arara azul, a maior psitácea do mundo uma das mais notáveis aves do Brasil Central. Nas diferentes comunidades bióticas dos cerrados, que na área do Parque estão representados pelos campos limpos até os cerradões, imperam mamíferos como alguns cervídeos, o lobo-guará, o tamanduá-bandeira, alguns tatus, inclusive o tatu-canastra, e dentre as aves, a ema, perdiz, codorna, anú-branco, bacuraus, várias rolinhas, o urubu-rei, além de representantes de várias outras famílias."

Destaque deve-se dar ainda aos 300 ou 400 cervos que vivem no local e habitam nos varjões, cuja altura chega a 1,10 metros na espádua e possuidores de uma impressionante gralhada, onde se podem contar mais de 25 pontas. Esta espécie, entretanto, apesar de estar relacionada com o ameaçada de desaparecimento, vem se reduzindo a cada ano, sofrendo, inclusive, as doenças transmitidas pelo gado bovino. Mas, Senhores, seria cansativo enumerar a vasta e riquíssima fauna do Parque, que conta com espécies raras e ameaçadas de extinção, como grandes gaviões, o cachorro-vinagre e o tatu-canastra...

No que se refere à riqueza ictiológica, é grande a quantidade de peixes como o pirarucu, a piráiba, os tucunares, as piranhas, o poraquê, as arraias, além de muitas outras espécies de formas e tamanhos diversos.

A respeito da riqueza e da potencialidade da Ilha do Bananal, Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> a transcrição, no final deste meu pronunciamento, de um importante trabalho elaborado por Carmo Bernardes e publicado no *Diário da Manhã*, edições de 16 a 17 de junho de 1983. Por ele dá para se ter uma visão mais aprofundada da devastação e dos continuados ataques que vem sendo executados ao seu patrimônio animal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta é a segunda vez que ocupo a tribuna do Senado para tratar deste assunto. No meu primeiro pronunciamento, a 19 de agosto de 1983, mostrei os inconvenientes da construção da rodovia, opinião que certamente o Governo Federal, através dos Ministérios do Interior e de Transportes devem ter tomado o devido conhecimento. No entanto, até o presente momento, o povo goiano não está sabendo de nenhuma providência para impedir a efetivação do projeto. Pelo contrário, é visível a determinação em construí-la. E os índios indefesos, não tem para quem apelar.

Como representante do povo goiano, no Senado Federal, lanço meu veemente protesto neste instante, contra essa violência que está para se concretizar e apelo às autoridades responsáveis para que revejam sua posição e estudem mais profundamente a questão, evitando, por todos os meios os enormes prejuízos que a estrada viria causar.

## ILHA DO BANANAL

Geomorfologia — Geologia — Regime potâmico e lacustre

Fauna aquática e terrestre — As agressões.

Carmo Bernardes

Publicado no *Diário da Manhã*, edição de 16 e 17 de junho de 1983

### Geomorfologia

Os sertanejos mais perceptivos conservam dos seus antepassados a informação de que a Ilha do Bananal foi formada numa época relativamente recente. Resulta da ligação, por um furo que as grandes cheias foram abrindo, do corpo de rio hoje chamado braço esquerdo, ou braço maior, ao Rio Verdinho. Este rio passava a chamar Javaés a partir das aldeias desse índio.

Vimos esta versão sustentada, e nunca contestada in loco, pelos sertanejos João Francisco Marques e Luiz Tarão, descendentes de dois troncos de famílias antigas da região.

Uma observação mais atenta da movimentação do rio — praias, ressacos, ilhas e furos se formando e desaparecendo, numa perene modificação de paisagem —, nos fornece elementos que amparam a teoria empírica, nesse caso. A ligação de curso entre si por meio de canais abertos pelas correntes que sacodem o rio por ocasião das grandes enchentes, é uma constante que se repete ali além da que teria formado a grande ilha. Não fosse a presença do homem, com sua atividade descaracterizadora da paisagem natural, já estaria, com certeza, vazando um canal do Rio Crixás para a Lagoa dos Pássaros, onde tem origem o curso do Rio Verdinho, nas alturas do Lago Luiz Alves.

Até hoje, quando a região é cortada por uma estrada de rodagem de leito elevado por aterros nas partes baixas, ainda o Crixá-Açu, quando transborda periodicamente, avassala e inunda os varjões de Luiz Alves, e emenda por um canal bastante alentado com a Lagoa dos Pássaros, e empanzina o Rio Verdinho. Rompe o aterro da estrada, com a violência da corrente, forma numerosos rebojos e remansos, e cerca de um continente uma ilha recortada de pequenas correntes e lagos, de muitas centenas de quilômetros quadrados, onde há o Hotel

Chapéu de Palha. O último insulamento dessa região deu-se pela grande cheia de 1979/80.

Em condições normais, com a Natureza intocada, há muito que mais essa ilha teria caráter permanente, e o Rio Verdinho teria suas águas engrossadas com a divisão do Crixá-Açu.

O braço direito, chamado Rio Javaés, do índio dessa nação, que habitava a sua margem esquerda, dentro da Ilha do Bananal, também fura e extravasa canais alentados para o Rio do Coco, de curso paralelo, que deságua a cerca de 100 quilômetros a jusante da ponta setentrional da Ilha. Primeiro o Coco recebe o Furo do Mergulhão, nome que aparece nas cartas, mas no local é conhecido como furo da Gameleira; em seguida o Furo do Pinto, navegável durante as águas; e, depois, o Furo do Jatobá que no local é Furo da Barreirinha, este navegável todo o tempo. De sorte que ao longo da margem esquerda do Javaés são formadas com o Rio do Coco três grandes ilhas de caráter permanente.

São fenômenos geo-fluviais que nos iludem a aceitar como perfeitamente razoável a morfologia que o sertanejo mais antigo dá à chamada maior ilha fluvial do mundo.

### Geologia

O mapa geológico de Goiás, o mais atualizado do País, dá à região da Ilha como do período quaternário. Leterito nas partes mais elevadas, nas áreas que ficam enxutas nas inundações; dunas e camadas minerogênicas de deposição edáfica muito recente, nas baixadas e nos varjões.

Os terrões de solo laterizado, de gorgulho e pedranga, apresentam uma cobertura de capim agreste, parmeirinha piaçava, e uma floresta decídua — jatobazinho, pau-dóleo, pequiheiro, pati, macaúba, embiruçu, e uma taboquinha enfezada — endêmica dos terrenos de pedra-canga. Os terrenos de deposição mais recente, os varjões de terra preta e as baixadas de saibro arenoso, cobrem-se, imediatamente a evasão das águas, com um tapete de canarana, capim-capivara e com uma gramínea macia talvez um chamado capim ponta-de-lanceta, que juntos formam uma suculenta forragem para a pastagem do gado de fora que há muitos anos é solto na Ilha, durante todo o tempo do estio.

A drenagem potâmica e lacustre é feita no sentido Braço Esquerdo-Javaés, com exceção apenas de um pequeno rio, o Caracol, que nasce na ponta meridional da Ilha e verte para o Braço Esquerdo, desembocando nas alturas da barreira de São Joaquim. A declividade dá à superfície do território ilhéu a posição basculada; ou seja, uma inclinação em diagonal.

Os estratos rochosos, que lastreiam o fundo do rio, aparecem inclinados de leste para oeste. A massa líquida, em busca do seu perfil de equilíbrio vai escorregando para a margem esquerda, ao longo das idades geológicas. Nesse processo inexorável, transfere perene e ininterruptamente para a banda da Ilha os aluviões das barreiras que esmore das terras altas, de formação mais antiga, da banda do Mato Grosso e do Pará.

A força centrífuga da corrente, num trabalho telúrico imperceptível mas perene, conduz detritos, areia e gorgulho, acumulando-os na margem direita. E é essa muralha assim, em processo permanente de deposição, que vai impedindo o avassalamento total da Ilha, na quadra das enchentes.

Que o território da Ilha é formado por estratos emprestados das terras altas da margem esquerda do Araguaia, prova-o a declividade do terreno, inteiramente inclinado para o Javaés. Se as camadas geológicas ali são do quaternário e de deposição recente, e que o braço direito impede a passagem das erosões que descem das encostas rasas do espigão divisor de águas do Tocantins - provado está que o território-ocupado pela Ilha é o resultado da junção do Rio Araguaia com o Rio Verdinho, pelo canal que bifurca daquele nas alturas da Barreira do

Jatobá, e perfeitamente de acordo com as informações empíricas dos mais antigos habitantes da região.

### Regime Potâmico e Lacustre

Entre a sua máxima e a mínima vazão, o Araguaia oscila dentro dum espaço de 12 metros do fastígio das cheias à depleção derradeira do estio, nas suas subidas e descidas médias. Isto é o bastante para que um transbordamento inusitado tome até 200 km em linha reta, como anualmente se verifica no espaço que vai do Rio Formoso, passando por Canuanã, às cabeceiras do Corixo Piaba, além do Bandeirantes, na região do alto Cristalino. E a Ilha, a não ser os mosaicos de terrões, nas formosões do laterito no seu interior, fica toda inundada; ou seja, debaixo d'água três quartos da sua superfície total. A inundação normal, porém, ocorre muito antes do transbordamento do Araguaia. O terreno enxarca logo com as primeiras chuvas; e, mercê da porosidade intrínseca da pedra canga e das camadas de deposição recente, é facilitada a abundante infiltração que, pelas leis do equilíbrio, insinua-se a subterrânea, sobrejacente às camadas impermeáveis, e vem assoberbar os lagos e fazer derramar todas as estagnações de águas lólicas: brejais, poças e lagoas situadas nas depressões.

O nível mínimo de todas essas águas, do rio e dos lagos, mantém-se hoje num limite bem acima do que era antigamente. As bacias dos afluentes, das suas mais altas cabeceira às barras, foram desmatadas numa prática irracional de desrespeito as leis e às regras mais comezinhas da conservação dos solos. Nem mesmo as coberturas de matas ciliares que bordam os rios e coroam os lagos escaparam à fúria do trator de esteira e dos correntes fazedores de deserto.

De formação argilo-arenosa, mais areia do que argila, num espaço-tempo de pouco mais de suas décadas, essas áreas já sofreram uma degradação acentuada. A terra está sofrendo um processo acelerado e ininterrupto de desertificação, e a erosão resultante disso, lançada no leito do Araguaia, via afluentes, vem assoberbando-o, entupindo-o, aterrando-o de maneira inquietante. Em todo o seu curso, da barra do Caiapó até a do Tapirapé, já na parte setentrional da Ilha, numa extensão de mais ou menos 1.500 Km, todos os poços e rebojos, conhecidos como de grande profundidade, razearam. Dizem-no os bisonhos pilotos dos barcos que ainda singram por esses estirões melancólicos.

E disso vem resultando que o nível mais baixo da lâmina d'água do rio erguesse e se mantivesse num limite bem acima do que foi antes da região ter sido degradada, mas com prejuízo da profundidade. Por infiltração levada à força da pressão através dos vasos comunicantes, também fez com que o espelho d'água dos lagos, no interior da Ilha, permanecesse acima da cota antiga, sujeitos ao transbordamento logo no início das primeiras chuvas do ano.

### Fauna Aquática e Terrestre

A fauna terrestre e regional está sensivelmente diminuída. Foi dizimada, a princípio, pelo cataclismo do fogo dos roçados, incêndios colossais, de proporções a serem detectados até por satélites, afora a que morreu por intoxicação nas áreas desmatadas com desfolhantes, drogas remanescentes das cargas que foram atiradas sobre as florestas do Vietnam. E o que restou vem sendo tragado pelas inundações catastróficas.

Deixa de ser penoso, para ser revoltante, assistir ao processo de extinção pelo qual vai à garra a fauna mais representativa de todo um ecossistema de valor incalculável, que a nossa geração desvairada não tem sabido preservar.

Sobrevinham as grandes enchentes, a bicharada saía levada pelo instinto, refugiava-se nas terras altas, nos tabuleiros, nos campos e nas matas de eleição habitual, e aí permanecia a salvo até que passasse a quadra calamito-

sa. Essas terras, esses refúgios naturais, que no passado foram um santuário intocado, o latifúndio frio e impessoal abocanhou-os, destruiu-os e descaracterizou-os formando neles extensas invernações de gramíneas alienígenas — o colonião e ultimamente a brachiária adventícia —, sem ter a piedade de conceder uma área mínima sequer de reserva à estada das criaturas selvagens no período catastrófico das enchentes.

Atualmente os rios enchem, as inundações sobem, e os bichos morrem afogados por não terem por onde fugir. E aqueles que buscam o refúgio antigo não o encontram mais e são impiedosamente espingardeados pelo pessoal das agropecuárias, que não possuem nenhum sentimento telúrico.

O pique da grande cheia de 1979/80 as populações ribeirinhas, também escorraçadas do latifúndio açambarcador de meio mundo, venceram-no erguidas sobre mutãs ou jiraus, passando o tempo num convívio comovente com sua criação de estima: as galinhas, os porcos, os cães — companheiros inseparáveis — e até o cavalo de sela, a vaca e a cabra de leite.

Essa gente, levada pelo seu profundo e entranhado apego à terra e aos viventes, dedicou semanas inteiras, noite e dia, à faina laboriosa de salvar os bichos que rodavam, debatendo-se contra a corrente. Recolhiam-nos nas suas canoas, varavam enormes distâncias do mar imenso de água doce, iam deixá-los num minúsculo terrão enxuto que com sua prática admirável sabiam localizar.

Só por tais expedientes piedosos e por algum sorriso do destino inexorável, a Ilha e a mesopotâmia Cocal-Javaés não restaram totalmente despovoadas. O repovoamento vai se fazendo exasperantemente lento, naturalmente pela dificuldade, e mesmo a impossibilidade do encontro dos casais nas quadras propícias do acasalamento.

Áreas dilatadíssimas que antes do advento das grandes fazendas dos fazendeiros do asfalto, descaracterizadoras e esterilizadoras dos ecossistemas, terem povoadas por uma fauna rica e numerosa, hoje quiedono num silêncio e marasmo desolador. Até mesmo muitas espécies da fauna alada já são, azulonas, inhambus, perdizes e muitas outras que não podem sobreviver sem o contato permanente com o solo são raras ou mesmo faltantes nas extensões melancólicas.

Na curva mais baixa da anticlinal do estio, ali pelo meado de agosto para os derradeiros de setembro, a ordem inverte e agora é a vez dos peixes sofrerem as consequências desfavoráveis do regime climático regional, com os lagos razeados e insulados, e os carixos secos. Todas as áreas alagadas reduzem-se a poças razas, os cardumes passam a se alimentar exclusivamente do plancto e do canibalismo feroz de uma espécie predando as outras. O tucunaré, o pirarucu e toda uma linha de es-

pécies valiosas comercialmente fica exposta à cupidez desenfreada do pescador profissional e do turismo sem consciência, que perpetram toda sorte de desatinos contra a fauna aquática por inteiro. Matam os jacarés para tirar a pele, matam as tartarugas para fazer lingüiça e fritar a banha, capturam os peixes de grande porte para charquear e comercializar as carnes. A quantidade incalculável de peixinhos e até espécies maiores que ficam amontoadas nas lagoas e brejais secando, nutre à farta as aves aquáticas e dos paludes.

#### As Agressões à Ilha

Não é de hoje que a Ilha e seus naturais, bichos e índios, vem sendo violentados. Primeiros trouxeram o gado a pastar na pradaria de canarana, capim-capivara e ponta-de-lanceta, que rebrotam e vicejam no estio, quando lá fora tudo seca e escasseiam as pastagens. Seguindo as manadas, chegam os vaqueiros e apossam-se dos terrores das barreiras mais altas do rio. E hoje as propriedades, oriundas de invasões, passados anos e dias, estão legitimadas pelo direito adquirido. O território, no papel, pertence às nações Carajá e Javaés, mas lá estão as manadas de gado alheio que contaminaram com a aftosa e a brucelose os primitivos grandes rebanhos da suçuapara e do veado campeiro.

Há quase um século a navegação no rio vem espoliando as riquezas naturais da região: a pele silvestre, o pirarucu, as penas de ema e de garça cor-de-rosa. Os extrativistas, alguns licenciados pelo poder público, subornadores do índio ingênuo, já liquidaram quase que totalmente com as espécies antes numerosas, da ariranha, do jacaré-arará e da suçuarana.

Em 1940 foi instalado um posto do então SPI, Serviço de Proteção ao Índio na aldeia de Carajá de Santa Isabel. Construíram um campo de pouso, destacaram para o Posto Fiscal do Serviço, e já no ano seguinte nasciam as primeiras crianças da cunhã, cujas feições e cor delatavam bem eschachadas a filiação de pais cristãos.

Foi em seguida fundada a fazenda de gado do SPI, que passou a ser a **cellula mater** de numerosos particulares.

Em 1959, a Fundação Brasil Central — Juscelino Kubitschek em pessoa tendo firmado um acordo verbal com o capitão Atáú — construiu um Hotel de Turismo quase dentro da aldeia carajá. Lá está o pardiheiro aos morcegos. Para a sua construção vieram os operários de Brasília, seduziram muitas cunhãs, ocasião em que a ceramista Shureré, apaixonou-se por um servente, tentou suicídio quando ele se foi abandonando-a, e na substituição contraiu doença venérea e só não morreu porque a mulher do Sr. Leonardo Vilas Boas tratou-a a tempo.

Durante o período discricionário, a partir de 1964, o avanço de descaracterização da Ilha conheceu estágios

os mais insólitos, atingindo a sua fase mais aguda. Com a facilidade do transporte aéreo, com um campo de pouso asfaltado construído pela Fundação Brasil Central dentro da aldeia de Santa Isabel, as caravanas de Brasília vinham nos fins de semana e promoviam os mais desbragados bacanais. Os militares mantinham ali, morando no Alvoradinha, uma pequena mansão, um psicopata chamado Ronaldo. Esse cidadão desmiolado aprontou com os índios e com a população ribeirinha desatinos inacreditáveis. Até o escritor José Mauro de Vasconcelos, andando por lá na ocasião, foi brutalmente agredido por ele.

Os homens de Brasília chegavam de avião, aprontavam alegres correrias, como animais confinados surpreendidos com a liberdade inesperada, atropelavam com uma velha camionete oficial as criações deitadas nos malhadouros e churrasqueavam como glutões destemperados as melhores peças do gado do SPI.

O cúmulo do inacreditável — e aí já era a FUNAI —, foi conhecido quando o índio Carajá foi transformado numa corporação fardada.

Hoje em dia, da aldeia primitiva de Santa Isabel, não existe praticamente mais nada. No lugar das casinhas de palha que formavam a taba bucólica e regurgitante de crianças índias brincando com as dos seus vizinhos ribeirinhos, erguem-se construções modernas de alvenaria e concreto armado de instalações militares e da FUNAI. Os índios, os poucos que restam, estão mal aculturados, e levam desbragadamente a prática da bebedeira e da mândria, como resultado irreversível do choque cultural do colonizado em oposição ao colonizador.

Agora projetam desferir o golpe mortal no Parque Nacional do Araguaia, que fica na extremidade setentrional da Ilha. O Parque ainda é uma reserva, aonde se refugiam os últimos exemplares da fauna mais representativa do Goiás. O Parque Indígena, localizado na metade meridional da Ilha, como se viu, há muito que foi definitivamente desnaturado: só existe no papel e nas legendas dos mapas.

O mesmo grupo econômico que desvirginou o Parque Indígena do Xingu, em menoscabo aos protestos até do exterior, projeta e vai construir uma estrada de rodagem atravessando a Ilha, dentro da última reserva da fauna que ainda não foi desmantelada em Goiás.

Consta que o Presidente da República já autorizou a realização da obra e um consórcio de 40 companhias construtoras já foi formado para executá-la. O início da obra já teria começado com a ida ao local de uma equipe de agrimensores para os primeiros trabalhos de topografia e reconhecimento da área.

Infeliz país o nosso! Não fosse o povo brasileiro ser dominado por uma sociedade tipicamente colonizadora, a Ilha do Bananal seria um santuário intocável.

Goiânia, junho de 1983. — **Carmo Bernardes.**